

EXTRA

CLASSE-ORG-BR

ANO 27 | Nº 265 | JULHO DE 2022

ENTREVISTA

Sidarta Ribeiro defende unir ciência e cultura popular para salvar o planeta

EDUCAÇÃO

Perto de ser revista, a política de cotas completa dez anos de obstáculos e avanços



Uma breve história do acesso ao voto no Brasil

Nem sempre a totalidade dos brasileiros teve o direito de escolher seus representantes. Os mais pobres, mulheres, negros, indígenas e adolescentes só conquistaram esse direito com muita luta

EDITORIAL

De tudo um tanto

Nesta edição, abordamos vários temas que consideramos urgentes por distintas urgências. Em ordem de paginação, começamos pela entrevista com Sidarta Ribeiro. Para ele, é na união da ciência e da sabedoria dos pagés e correlativos que o pensador encontra esperança para salvar um planeta que vem sendo dilapidado pela ganância de um modelo de capitalismo que exaure os recursos naturais, sem pensar no futuro.

Outra abordagem, desta vez no campo da educação, vem do aniversário de dez anos da implementação da lei das políticas de cotas. Buscamos ouvir especialistas e cotistas para, às vésperas de serem revisadas as cotas, avaliar experiências, avanços e dificuldades.

Na área comportamental, em 2022 ainda existem profissionais de saúde que oferecem a cura gay, mesmo sendo proibida pelo Conselho de Psicologia. Um em cada três profissionais aceita ou propõe terapias conversivas aos seus pacientes.

Nas nossas páginas centrais, traçamos um breve histórico de como o acesso ao voto foi ampliado no país desde os tempos coloniais até os dias de hoje. E, para encerrar, um artigo que acompanha a trajetória de uma das mais importantes, imponentes, originais e representativas vozes da música feita no Rio Grande do Sul: Bebeto Alves. Temos, ainda, as crônicas do Verissimo e do Fraga, os comentários políticos de Marco Weissheimer, o olhar agudo de Marcos Rolim sobre a realidade que nos cerca, e também: a charge de Santiago, as ilustrações de Ricardo Machado e Rafael Sica e as tiras sarcásticas e bem-humoradas de Rafael Corrêa e Edgar Vasques. Boa leitura!

CARTAS

A POLÊMICA DAS QUADRILHAS

Fiquei surpreso com a coluna *As quadrilhas*, do Fraga (na edição 264, de junho de 2022, pág. 26). Nunca tinha lido algo na perspectiva colocada pelo autor. Escrevi então para colegas meus de universidades do Nordeste, já que as quadrilhas são uma forte tradição das festas juninas de lá.

Todos/as ficaram igualmente surpresos. Perguntaram sobre a fundamentação histórica desta perspectiva. E alguns ficaram francamente irritados com o que consideraram "puro preconceito com as manifestações populares". Outro colega escreveu "Ou esse texto é uma paródia, uma carnavalesca que projeta, como efeito de sentido pretendido, a ironia (o que não me parece)... ou é uma vergonhosa faceta do que há de pior nas elites econômicas (regionais) brasileiras. E, hoje, como ação atualizada e orquestrada na forma de fake news".

Espero que o autor nos esclareça se o seu texto é ironia ou, não sendo, quais são as suas fontes históricas.

Atenciosamente

João Pedro Schmidt, professor na Unisc

RESPOSTA DO COLUNISTA

Caro professor Schmidt,

Quero agradecer seu excelente argumento crítico sobre se haveria fundamentação histórica da minha perspectiva na crônica *As Quadrilhas*: para alívio seu, de seus colegas e meu, não há nenhuma. Só o que há, do início ao fim, é o recurso humorístico do exagero, típico da ironia. Grato mais uma vez.

Atenciosamente

FRAGA

04 ENTREVISTA

Sidarta Ribeiro, em seu novo livro, defende que ciência e pagés andem de mãos dadas para salvar o planeta

08 EDUCAÇÃO

O sistema de cotas nas universidades públicas completa 10 anos de percalços, adaptações e avanços

11 WEISSHEIMER

Começam a aparecer os crimes cometidos pelo presidente da República, Jair Bolsonaro

12 COMPORTAMENTO

Um em cada três profissionais de psicologia administra técnicas de cura gay em seus pacientes

14 ESPECIAL

A história do acesso do voto no Brasil desde os tempos coloniais até os dias de hoje

18 ENSINO PRIVADO

Grupos privados ligados aos sistemas Fiegs e Fecomércio ampliam oferta de ensino fundamental e médio

22 ROLIM

Brasil, 2022: de um lado, dispararam as vendas de helicópteros e Porsches; de outro, diminuem a renda e a comida

23 ARTE +

A vida e a obra de Bebeto Alves a partir da milonga, elemento que trespassa sua carreira de forma vertical e horizontal

EXTRA
CLASSE-ORG-BR

Redação: extraclasse@sinprors.org.br

Editora-chefe: Valéria Ochôa

Editores Executivos: César Fraga e Valéria Ochôa

Editor de fotografia: Igor Sperotto

Redação: César Fraga, Edimar Blazina, Gilson Camargo e Valéria Ochôa

Estágio em Jornalismo: Douglas Glier Schütz

Colaboradores: Juarez Fonseca, Marcelo Menna Barreto, Marcia Anitta e Pedro Nakamura

Colunistas: Luis Fernando Verissimo, José Fraga, Marco Aurélio

Weissheimer e Marcos Rolim

Diagramação e Arte: Fabio Edy Alves/Bold Comunicação

Projeto Gráfico: Bold Comunicação e D3 Comunicação

Ilustração: Rafael Sica e Ricardo Machado

Charge/Cartum: Edgar Vasques, Rafael Corrêa e Santiago

Revisão: Press Revisão

Comercialização: 51. 4009.2981 e 51. 99702.7283

extraclasse@sinprors.org.br

Telefones da Redação: 51. 4009.2980/2982/2983/2985

* O conteúdo dos artigos de opinião e das matérias assinadas é de exclusiva responsabilidade de seus autores.

Publicação mensal do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul – Sinpro/RS, filiado à CUT e Contee

Av. João Pessoa, 919 | CEP 90.040-000 | Porto Alegre | RS | Fone 51. 4009.2900

[extraclasse.org.br](https://www.extraclasse.org.br) [fb.com/jornalextraclasse](https://www.facebook.com/jornalextraclasse) [instagram.com/jornalextraclasse](https://www.instagram.com/jornalextraclasse)

Os eufemismos do BC e a carta para Guedes

O Banco Central (BC), ao admitir o estouro da meta da inflação para este ano, se esconde atrás do eufemismo. O BC calcula uma probabilidade "próxima" de 100% para o estouro da meta, conforme seu Relatório Trimestral de Inflação divulgado no último dia de junho.

A meta deste ano é de 3,5% com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o BC não vê chance de a inflação neste ano ficar abaixo de 5%, o teto desse intervalo.

O único ponto que a legislação que prevê alguma sanção ao BC no caso da inflação ficar fora do intervalo de tolerância é que o presidente do BC, Roberto Campos Neto, terá de escrever uma carta para o ministro da Economia, Paulo Guedes, explicando as razões e o que a autoridade monetária fará para evitar um novo estouro.

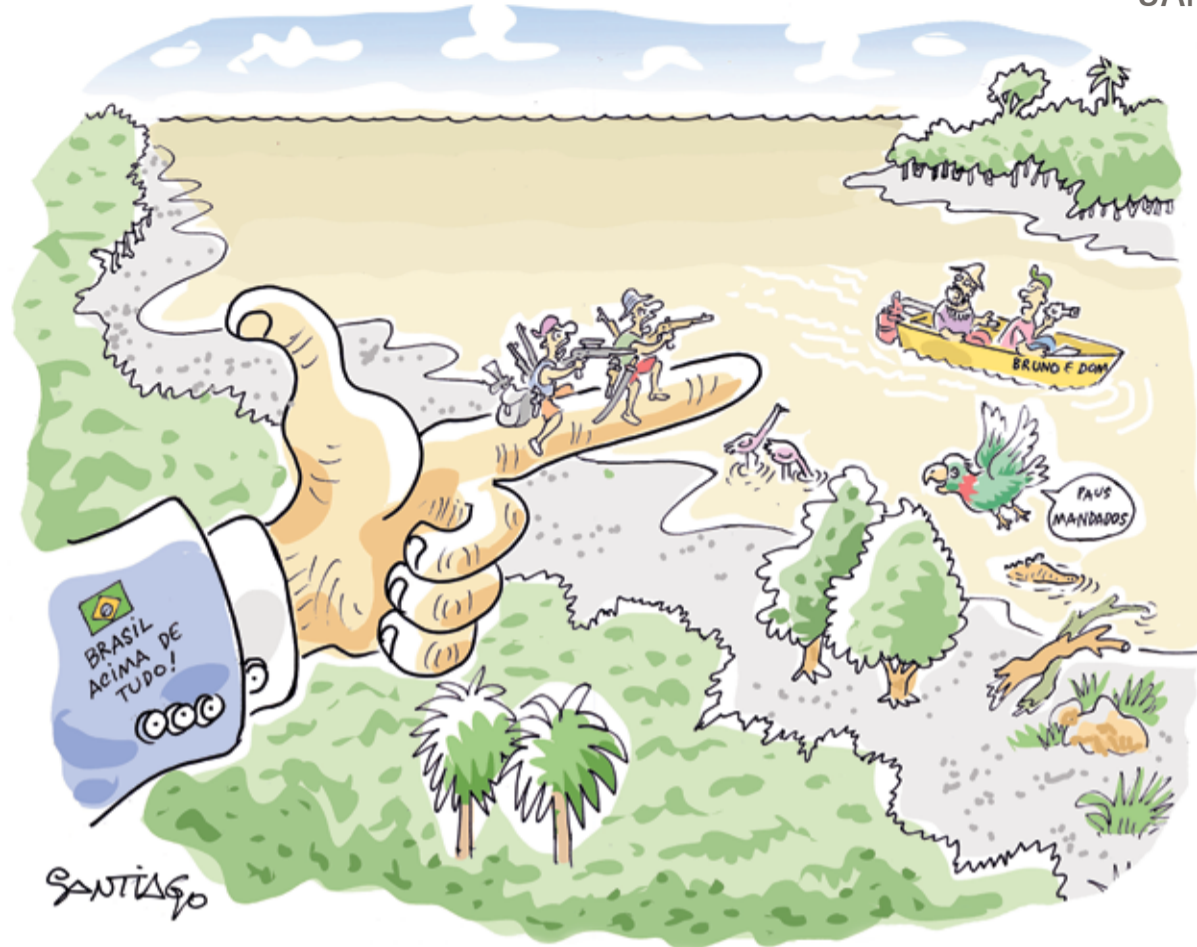
Fome em disparada e salários encolendo

Enquanto Roberto Campos escreve cartas para Guedes, responsável pela política econômica, quase duplica no país o número de brasileiros em estado de miséria e fome. Sem contar os trabalhadores que perderam empregos e/ou poder aquisitivo e não terão reposição de salários e já falam em escassez de alimentos nas suas mesas.

Pesquisa do Datafolha divulgada no dia 27 de junho aponta que um em cada quatro brasileiros não tem acesso à quantidade necessária de comida para alimentar sua família.

De acordo com outro estudo, este realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Penssan), o número de pessoas em insegurança alimentar grave no Brasil saltou de 19 milhões (em 2020) para 33,1 milhões (15,5% da população), atualmente.

Os dados constam no Inquérito Nacional sobre Segurança Alimentar no Contexto da Pandemia Covid-19 no Brasil (Vigisan).



A maioria dos reajustes ficou abaixo da inflação

De acordo com o boletim De Olho nas Negociações, publicado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) em junho, a maioria das negociações com data-base em maio ficou com reajustes abaixo da inflação.

A análise mostra que 54,5% dos reajustes foram inferiores à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Até o momento, é o maior percentual de reajustes abaixo da inflação por data-base desde julho de 2021.

Apenas 32,1% das tratativas obtiveram resultados iguais ao INPC-IBGE. E, acima da inflação, só 13,4%. Entre os reajustes acima

do INPC-IBGE em maio, cerca de 90% resultaram em ganhos de até 0,5% acima da inflação.

Dos que ficaram abaixo da inflação, aproximadamente 18% registraram perdas de até 0,5%; e quase 45%, de 2% a 4%. Para completar os reajustes, várias categorias têm buscado incrementar a remuneração via aumento dos benefícios, como auxílio-alimentação, ou pagamento de abonos. Começam a ser vistas também cláusulas de antecipação dos reajustes devido à alta inflação.

O resultado das negociações de maio revela forte influência da escalada da inflação, que cresce de maneira quase ininterrupta desde junho de 2020. De

acordo com o INPC-IBGE, o reajuste necessário para recomposição do valor real dos salários em maio foi de 12,47%, o mais alto no período considerado na análise. Para a data-base de junho, o reajuste necessário será ligeiramente inferior: 11,90%.

Cerca de 7% dos reajustes da data-base de maio de 2022 serão pagos em duas ou mais parcelas. O percentual é ligeiramente inferior ao observado em abril de 2022 (8,7%) e muito inferior ao verificado em maio do ano anterior (15,7%).

Em maio, cerca de 10% das negociações previram o pagamento de reajustes escalonados (pagamento de reajustes diferenciados segundo faixas salariais ou tamanho das empresas). O percentual é inferior ao apontado em abril de 2022 (24,5%) e em maio de 2021 (16%).

Com o acréscimo das negociações da data-base de maio, a proporção de reajustes abaixo do INPC-IBGE em 2022 subiu cerca de quatro pontos percentuais em relação ao apurado no levantamento anterior, atingindo agora a marca de 44,7% do total. Houve, também, crescimento de um ponto percentual no número de reajustes iguais ao INPC-IBGE, os quais alcançaram o patamar de 32,9%. Já a proporção de reajustes acima da inflação caiu para 22,4% do total em 2022. A variação real média dos reajustes no ano é, no momento, de -0,78%.



Como a arte, a ciência e os pajés podem salvar o planeta



Fotos: Luiza Mignol

por Marcelo Menna Barreto

Para se adaptar com sucesso às novas condições planetárias que o próprio ser humano criou, o neurocientista Sidarta Ribeiro é taxativo: “Precisamos reunir nossos melhores saberes para construir uma visão abrangente e profunda das principais mudanças que a espécie humana precisa realizar”. O professor titular de Neurociência e fundador do Instituto do Cérebro da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) entende que é fundamental lembrar a importância de sonhar coletivamente com o futuro do planeta. É por isso que seu recente livro, *Sonho Manifesto* (Companhia das Letras), compartilha conhecimentos de cientistas, pajés, xamãs, mestras e mestres de saber popular, artistas e inventores. Assim, mesclando otimismo e generosidade entre os diversos saberes e com uma forte análise sobre os rumos que estão postos à frente, é que o professor também estende a mão para os que produzem sofrimento via acumulação de dinheiro em uma sociedade cada vez mais excludente. Estão doentes e precisam de ajuda. É um alerta. “Tudo em demasia é tóxico, e com o dinheiro não é diferente”, registra. Sidarta Ribeiro é mestre em Biofísica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), doutor em Comportamento Animal pela Universidade Rockefeller e pós-doutor em Neurofisiologia pela Universidade Duke, ambas nos Estados Unidos

Extra Classe – Em seu mais recente livro, o senhor compartilha desde o conhecimento de pajés, xamãs, artistas, sabedoria popular, em pé de igualdade com o conhecimento de inventores e cientistas. Por que essa mistura entre empírico e teórico?

Sidarta Ribeiro – Porque a urgência e a complexidade da crise planetária exigem que façamos uso não apenas de todo o capital científico e financeiro acumulado pela humanidade, mas também dos saberes tradicionais e da bússola moral que estes saberes oferecem. Se não formos capazes de reunir tudo do bom e do melhor que a cultura humana produziu até aqui, falharemos em contornar a crise socioambiental em curso.

EC – Há ainda muita gente na academia que torce o nariz para isso ou você nota alguma mudança?

Ribeiro – A ciência é muito diversa e existem dentro dela muitas perspectivas diferentes, até porque combustíveis fósseis, pesticidas e explosivos são lucrativas áreas de pesquisa. Por outro lado, as pesquisas ambientais, sociais, econômicas e psicológicas convergem para uma caracterização contundente dos imensos riscos que corremos se não mudarmos nosso jeito de estar no mundo – para usar essa expressão muito esclarecedora do Ailton Krenak.

EC – O resultado que você chegou é que se o atual rumo da

vida no planeta continuar, não teremos futuro. Algo que já vem sendo dito há bastante tempo por ambientalistas. Até o Papa Francisco, no início do seu pontificado, lançou uma encíclica sobre isso, citando o que chama de ecologia integral. Em síntese, o que você agrega em sua reflexão no *Sonho Manifesto*?

Ribeiro – Além de reconhecer a gravidade da crise, argumento no *Sonho Manifesto* que precisamos reunir nossos melhores saberes para construir uma visão abrangente e profunda das principais mudanças que a espécie humana precisa realizar se quiser se adaptar com sucesso às novas condições planetárias que nós mesmos criamos. O livro mapeia, em linhas gerais, o que essa visão precisa conter. O problema da humanidade não é mais a escassez, e sim a má distribuição dos bens materiais e imateriais, associada à desenfreada destruição social e ambiental promovida pelo capitalismo predatório. O catolicismo corajoso, terno e inclusivo de Francisco é um dos pilares fundamentais da grande síntese que precisamos fazer entre saberes científicos e religiosos de todas as culturas, com destaque para os povos originários que preservam as formas de viver mais antigas e ambientalmente mais bem adaptadas.

EC – Sonho é um dos sinônimos de utopia. Obviamente, todos têm o direito de sonhar com

um estado ideal de completa felicidade e harmonia entre os indivíduos. Mas como fazer isso em uma sociedade cada vez mais individualista, que prima pela acumulação, em detrimento da partilha?

Ribeiro – A solidão é uma das marcas do nosso tempo. Atualmente, mais pessoas morrem de suicídio do que de homicídio. Nossa gigantesca solidão é o resultado de um abandono irrefletido de diversos hábitos ancestrais altamente benéficos para o corpo e a mente, como o sono de qualidade, o sonho lembrado e compartilhado, os exercícios físicos regulares e a alimentação saudável. Nosso afastamento desses hábitos é deletério para a saúde dos indivíduos, mas também para a saúde da coletividade, na medida em que os laços entre as pessoas vão se tornando cada vez mais tênues, e a busca de sentido vital se desloca das relações humanas para a acumulação de objetos e experiências. Nossa progressiva ciborguização, marcada pela dependência cada vez maior de interfaces computacionais e conexão à internet, arrisca nos robotizar antes mesmo que se complete a chegada triunfal dos robôs. Se não aprendermos logo a amar uns aos outros, como vamos poder ensinar isso aos robôs?

EC – Por falar em qualidade de sono, como priorizar uma qualidade de sono e de sonhos em

“Precisamos depurar nossa herança, nutrindo a empatia colaborativa e construindo mecanismos sociais capazes de eliminar a opressão competitiva. No século 21, precisamos desfazer a desigualdade econômica, abolir a devastação ambiental e superar o racismo, o machismo, a homofobia e o especismo”

um Brasil que priva uma imensa maioria de sonhar e de ter noites tranquilas?

Ribeiro – O sono e o sonho estão em risco pois a noite é cada vez mais invadida pelas atividades e preocupações da vigília. Ainda mais neste momento histórico que vivemos, de enorme crise social, econômica e ambiental relacionada às perigosas neuroses da opressão, espoliação, exclusão e abandono dos mais vulneráveis. Diante de tamanho desafio, não podemos negligenciar a importância do sono e dos sonhos para a manutenção da saúde física e mental. Dormir bem e se tornar cada vez mais consciente dos próprios sonhos é um caminho ancestral de transformação interior, que diminui a ansiedade, regula as

HÁ 25 ANOS, A GENTE ESTUDA PARA GANHAR NOTA MÁXIMA NA DEFESA DOS PROFESSORES.

O Cainelli Advogados é uma assessoria jurídica especializada para professores e que oferece consultas gratuitas aos associados SINPRO/RS



Veja as áreas de atuação disponíveis para você:



Direito Previdenciário

Esclarecimento de dúvidas, cálculo previdenciário, análise de opções, encaminhamentos ao INSS, revisão de benefícios e atuação no ajuizamento de concessão, manutenção e revisão de benefícios.



Direito do Trabalho

Consultas, reconhecimento de vínculo, verbas rescisórias, rescisão indireta, ações indenizatórias, horas-extras.

AGENDE SUA CONSULTA GRATUITA AGORA! REMOTO OU PRESENCIAL  **5198060.3579**



AO SEU LADO, POR SEUS DIREITOS.



Porto Alegre

Av. Praia de Belas, 1212, sala 1321 - Praia de Belas | 51 3237.2791 - 51 98060.3579



Bento Gonçalves

R. General Osório, 248 - Centro | 54 3452.1906 - 54 99150.2890



cainelladvogados.com.br

ENTREVISTA

emoções e assim repercute coletivamente. O grande paradoxo de nosso tempo – termos tantos recursos científicos e tecnológicos, tanto acúmulo de capital, e, ainda assim, tanta desesperança no futuro – reflete a grande insônia planetária das pessoas perigosamente privadas de dormir e sonhar bem.

EC – Seu ponto de partida para a reflexão que culminou no seu novo livro também se deu por um paradoxo: o de que o homem, ao mesmo tempo que é violento, oprime os mais fracos, também é capaz de se preocupar com o outro e defender com garra sua família. Como se construiu essa ambivalência?

Ribeiro – A evolução de todas as espécies animais aconteceu sob escassez intermitente de recursos, o que levou à seleção positiva de comportamentos de competição e predação mediados por diversos mecanismos moleculares, celulares e sistêmicos. Ao mesmo tempo, evoluíram comportamentos de cooperação e cuidado mútuo entre parentes e aliados, da mesma espécie ou não, com base em mecanismos biológicos igualmente ancestrais. O hormônio ocitocina, por exemplo, pode atuar na produção de comportamentos diametralmente opostos, amor e empatia versus medo e agressão, dependendo do contexto social. Nossa dupla capacidade de amar as pessoas no interior do círculo íntimo, ao mesmo tempo em que tememos ou odiamos pessoas fora desse círculo, tem uma inércia evolutiva perigosa. Precisamos depurar nossa herança, nutrindo a empatia colaborativa e construindo mecanismos sociais capazes de eliminar a opressão competitiva. No século 21, precisamos desfazer a desigualdade econômica, abolir a devastação ambiental e superar o racismo, o machismo, a homofobia e o especismo.

EC – Agora, temos os casos dos psicopatas que, entre outras questões, apresentam ausência de empatia, remorso e uma vontade, muitas vezes, não só de manipular, mas também de eliminar o outro. Sobre a psicopatia, há

pesquisas que não a classificam como uma doença mental, mas como uma estratégia de adaptação de vida. Algo que foi promovido pela seleção natural ao longo da evolução humana. Como você vê isso?

Ribeiro – A falta de empatia é um problema social. Quando é excessiva, a falta de empatia se transforma numa doença mental individual, com péssimas consequências para a coletividade. Infelizmente, quando as relações de competição prevalecem sobre as relações de cooperação, a falta de empatia é premiada socialmente. Que tipo de mentalidade têm os bilionários que enriqueceram ainda mais durante a pandemia, enquanto a maior parte da população mundial sofreu empobrecimento? O que dizer das pessoas que acumulam muito mais dinheiro do que precisam e, mesmo assim, sofrem e produzem sofrimento porque querem mais dinheiro? Eu diria que essas pessoas estão doentes e precisam de ajuda.

EC – Quando esse comportamento de eliminar o outro ou de calar o outro é coletivo, praticado por grupos sociais contra outros grupos sociais a partir de uma identidade comum, como resistir a isso, tanto no sentido de não cair fácil no alinhamento automático e participar dessas práticas, como de resistir a esses ataques?

Ribeiro – Massacrar o diferente é coisa muito antiga, temos uma inércia evolutiva enorme a superar. Precisamos garantir, em primeiro lugar, que o dissenso seja resolvido com palavras e não armas. Apelar para a violência é uma expressão de falta de ideias válidas e de argumentos convincentes. Se queremos viver em paz no planeta globalizado, precisamos compreender que a riqueza étnica e cultural, nosso maior tesouro para construir o futuro, está ameaçado pelas diferenças injustas entre classes, gêneros, raças e outros recortes sociais. Nossa espécie viverá conflitos terríveis até uma extinção lamentável se não formos capazes de diálogo, se não formos capazes de sonhar e cons-

Foto: Luiza Mugnol



“A solidão é uma das marcas do nosso tempo. Atualmente, mais pessoas morrem de suicídio do que de homicídio. Nossa gigantesca solidão é o resultado de um abandono irrefletido de diversos hábitos ancestrais altamente benéficos para o corpo e a mente, como o sono de qualidade, o sonho lembrado e compartilhado, os exercícios físicos regulares e a alimentação saudável”

truir um futuro que valha a pena ser vivido por todas as pessoas.

EC – Você falou de pessoas que produzem sofrimento porque querem mais dinheiro, que elas precisam de ajuda. Mas me parece que isso, por elas, não é bem encarado. Como ajudar quem não quer essa “ajuda”?

Ribeiro – Realmente, é um desafio grande convencer as pessoas de que seu modo de vida produz sofrimento e precisa mudar. Creio que é útil trazer a discussão para o âmbito dos valores morais professados por essas mesmas pessoas. No Brasil, mais de 80% da população declara algum tipo de fé cristã. Podemos então abordar o problema da má distribuição de bens materiais e imateriais pelos conceitos cristãos de partilha, tolerância e amor ao próximo. É preciso também ter em mente que, mesmo entre as pessoas materialmente mais ricas, isto é, bilionárias, existe enorme

sofrimento psíquico associado à dependência de dinheiro.

EC – Mas tem aquela velha piada que diz que dinheiro não traz a felicidade, mas faz sofrer em Paris.

Ribeiro – Tudo em demasia é tóxico, e com o dinheiro não é diferente. Estudos mostram que o dinheiro é muito viciante e facilita o uso problemático de substâncias. Além disso, a mera exposição a palavras relacionadas a dinheiro pode aumentar a propensão a mentir ou a se comportar de forma imoral. Entre as pessoas materialmente mais ricas, existem ansiedade, inveja, ódio, medo, depressão e suicídio. Existe a frustração de não ser mais rico do que outras pessoas, a paranoia dos falsos amigos e a neurose das heranças a receber ou transmitir. E, por fim, o pânico da morte inexorável. No dinheiro em excesso não há nenhuma transcendência, apenas uma dependência que faz mal a si e aos outros.

Universidades privadas questionam expansão de vagas em Medicina

Uma disputa que envolve o corporativismo, o combatido programa *Mais Médicos* e o lucrativo mercado dos cursos de Medicina no país chegou ao Supremo Tribunal Federal (STF).

A Associação Nacional das Universidades Particulares (Anup) ingressou com uma ação para impedir que o Ministério da Educação (MEC) analise uma série de pedidos liminares de novas vagas por instituições de ensino privado.

Elizabeth Guedes, presidente da Anup, diz que a entidade não está indo contra interesses de sua base, mas querendo que os princípios da lei que criou o *Mais Médicos* no governo Dilma Rousseff (PT) e que vem sendo substituído gradativamente pelo *Médicos pelo Brasil* sejam observados.

A lei que estabeleceu, em 2013, o programa para a criação e manutenção dos cursos de Medicina preconiza uma pré-seleção de municípios para autorização de funcionamento que leve em conta "a relevância e a necessidade social da oferta de curso de Medicina" e a existência de equipamentos públicos adequados e suficientes para a oferta nas redes de atenção à saúde do SUS.



Foto: Tânia Régio/ ABr

MARIA LUCIA FATTORELLI

Modelo tributário brasileiro é injusto



Foto: José Cruz/ ABr

Em artigo, Maria Lucia Fattorelli fala sobre o modelo tributário injusto e regressivo que atua no Brasil, e que constitui um dos importantes eixos que atuam para produzir escassez para a maioria do povo.

É fundamental que a sociedade compreenda os eixos que

sustentam esse modelo, a fim de dialogar com seus respectivos partidos e candidatos nesse período de eleições.

O financiamento do Estado se dá de forma desequilibrada no Brasil, devido às inúmeras distorções do modelo tributário, que concentra carga mais pesadamente sobre a classe trabalhadora e sobre os mais pobres, e concentra arrecadação na esfera federal.

GABRIEL GRABOWSKI

Os retrocessos na educação e as eleições

Na sua coluna, Gabriel Grabowski destaca a triste atualidade de Florestan Fernandes, quando disse décadas atrás: "o que se tem chamado de desenvolvimento no Brasil, em realidade, não passa de um processo de modernização e de um capitalismo dependente". Para Grabowski, a classe dominante brasileira, pequena, autoritária, racista, moralista, antipovo, anticlasse trabalhadora, antiEducação e Ciência, humanamente rasa e insensível, sustenta, no momento presente, um (des)governo que nos transforma cada vez mais em um país gigante com pés de barro.

Logo, para o projeto da "elite do atraso", destruir a Educação e a Ciência brasileira é necessário. O novo bloqueio de 14,5% (R\$ 3,8 bilhões) no orçamento das universidades federais em 27 de maio deste ano é emblemático e confirma a tese de redução contínua e sistemática, desde 2016.

Esse corte atinge os valores orçamentários de custeio e o investimento, conforme denuncia a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes).

DIFFERENCIAL
IMÓVEIS

SEU IMÓVEL NA SERRA GAÚCHA

A Diferencial Imóveis tem as melhores opções de imóveis à venda em Gramado e Canela e vantagens exclusivas para você através do Convênio com a SINPRO/RS.

QUER SABER QUAIS OS BENEFÍCIOS?
ENVIE UMA MENSAGEM PELO WHATS.

☎ 54 3282-9000 📞 54 99105-1110

Aproxime a câmera do seu celular e acesse nosso site com mais de 650 ofertas de imóveis à venda.





Foto: Rochelle Zandavalli / Uirgs

A proporção de alunos pretos e pardos no total de estudantes no ensino superior quase triplicou de 2012 a 2019. O número foi de 13% para 38%

Cotas: 10 anos de obstáculos, ajustes e avanços

por Pedro Nakamura

Sancionada pela presidente Dilma Rousseff em agosto de 2012 e regulamentada por decreto em outubro do mesmo ano, a Lei de Cotas previu a reserva de ao menos metade das vagas no ensino superior federal para alunos, pretos, pardos e indígenas egressos do ensino público. Apesar de ter triplicado a presença de negros nas universidades entre 2012 e 2019, a medida, no entanto, enfrentou obstáculos na implementação. Fraudes na autodeclaração dificultaram o acesso à cota por parte de estudantes negros, e as universidades precisaram implementar comissões de heteroidentificação racial para coibi-las. Com uma revisão da política prevista para este ano, entidades e educadores defendem que as cotas sejam prorrogadas, pois faltam dados para uma análise dos impactos da lei ao longo destes 10 anos

Joana Guimarães não teve nenhum colega negro nos quatro anos em que estudou na Ufrgs até se formar em 1991. Na época, não havia assistência estudantil e era difícil conciliar aulas e trabalho. “Arrumar emprego em comércio ou escritório era a perspectiva que tínhamos na vida. A universidade passava longe do horizonte de pessoas como eu”, diz a geóloga, que seguiu na carreira acadêmica. Hoje, Joana é a primeira mulher negra eleita reitora de uma universidade federal. Desde 2019, dirige a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), sediada em Itabuna, cidade próxima à região costeira de Ilhéus.

A reitora viu de perto a revolução promovida pela Lei 12.711, a Lei de Cotas, promulgada em agosto de 2012, a qual previu a reserva de metade das vagas no ensino público federal para alunos egressos de escola pública, com subcotas destinadas a estudantes com baixa renda ou autodeclarados pretos, pardos ou indígenas. Desde 2016,

as cotas também contemplam pessoas com deficiência. “Muitos jovens das periferias ingressaram. As pessoas da comunidade viam e percebiam que a universidade poderia ser para elas também. Antes, era distante da realidade delas”, explica ela, ressaltando que a maior parte da população mais pobre do país é negra.

De 2012 até 2019, a proporção de alunos pretos e pardos no total de estudantes no ensino superior quase triplicou. O número foi de 13% para 38%, conforme levantamento do site Quero Bolsa a partir de dados do Inep. O índice ainda está distante dos 57,3% da proporção de negros, pardos e indígenas na população brasileira (PNAD/IBGE 2019).

Completados 10 anos da Lei de Cotas, a legislação prevê uma reavaliação da política neste ano, que ainda não foi analisada pelo Congresso Nacional. Educadores e entidades, como a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Su-

Branco sai, preto fica

Entre os ajustes recentes, ela cita que as universidades precisaram combater tentativas de fraude nas subcotas raciais, reservadas apenas para negros, pardos ou indígenas. Como a lei estipula a autodeclaração, isso abriu brecha para candidatos brancos ingressarem por meio dessas cotas. “A pessoa

tinha um bisavô negro, então se autodeclarava negra também. Houve essa dificuldade de definir quantas pessoas negras ingressaram ao longo destes dez anos também por causa de fraudes na autodeclaração”, lamenta a reitora da UFSB.

Até 2020, as universidades federais acumularam quase 4 mil



Foto: Rochêlé Zandavalli/Ufrgs

A Lei de Cotas prevê a reserva de ao menos metade das vagas no ensino superior federal para alunos, pretos, pardos e indígenas egressos do ensino público

superior (Andifes), defendem uma prorrogação da lei e apontam que faltam dados para a revisão.

“Não há critérios de avaliação da política de cotas com indicadores uniformes, ou uma métrica do ponto de vista de alcance de metas e objetivos em nível nacional”, afirma Edilson Nabarro, da Coordenação de Acompanhamento do Programa de Ações Afirmativas (CAF) da Ufrgs.

Joana concorda e afirma que

as cotas ainda estão em fase de implantação. “Uma coisa é a teoria: criar a lei e estabelecer parâmetros. Mas, às vezes, se fazem ajustes e precisamos analisar o que foi ajustado nesses dez anos para poder se pensar em uma revisão”, diz a reitora. Hoje, um projeto que tramita em regime de urgência adia para 2062 a revisão da Lei de Cotas, mas aguarda votação no plenário da Câmara dos Deputados.

denúncias de fraudes em cotas raciais, a maioria nas regiões Nordeste e Sudeste do país. A maior parte das queixas, no entanto, passou a ser registrada somente a partir de 2017. Os dados são do Mapa das Comissões de Heteroidentificação Étnico-Racial das Universidades Federais Brasileiras, coletados pelo professor Sales Santos, da Universidade Federal de Viçosa, em Minas Gerais. Das 69 universidades federais consultadas pelo estudo, apenas seis afirmaram não ter recebido denúncias desse tipo.

“As subcotas raciais se destinam a sujeitos de direito bem definidos. Como no Brasil o racismo é de marca e não de origem, o critério de percepção são os traços fenotípicos, e não o genótipo”, explica Nabarro. No caso da UFRGS, em 2017, a universidade apurou uma denúncia de que cerca de 290 alunos brancos teriam ingressado na universidade por meio de cotas raciais. “Uns 95% foram indeferidos porque, indis-

tivamente, não eram negros fenotipicamente. Mas na fase de análise de recursos, houve uma intervenção do MPF (Ministério Público Federal) que apontou supostas fragilidades nos procedimentos da Comissão. Aí nossa investigação parou e não retornou”, diz o coordenador. “Teve descendentes de alemães de olhos azuis que ingressaram em Medicina pelo regime de cotas”, recorda o coordenador. Hoje, alguns desses estudantes já se formaram.

A partir dessas denúncias e para prevenir novos casos, comissões de heteroidentificação étnico-racial permanentes foram criadas pelas instituições. Ou seja, a autodeclaração feita no vestibular passou a ser verificada presencialmente por comissões para coibir fraudes – a chamada heteroidentificação, ou identificação por pares. Hoje, ao menos 50 universidades federais estão com o dispositivo instituído, a maior parte entre 2017 e 2019, época em que as denúncias ganharam tração.

Foto: Igor Sperotto



Hoje, há ao menos 50 universidades federais com comissões de heteroidentificação étnico-racial

Efeitos positivos

A médica Lúcia Pellanda, reitora da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), afirma que a validação da autodeclaração étnico-racial dos candidatos aprovados está ajudando a mudar o perfil da universidade, cuja comissão de heteroidentificação data de 2018. "Antes existia uma 'dificuldade conceitual'. A pessoa se inscrevia se considerando parda, quando, na verdade, não era. Desde que isso ficou parametrizado com a comissão, que haveria essa avaliação, menos gente faz essa tentativa, e o próprio processo vai ficando mais tranquilo", esclarece Pellanda.

Cotista na UFCSPA e membro da comissão de heteroidentificação étnico-racial da universidade, a estudante de Farmácia Julia Lourenço explica que em países como os Estados Unidos a raça

é vista sob o prisma da "gota de sangue", onde se ter antepassados de outras etnias já torna as pessoas não brancas, o que não se aplica ao Brasil. "Aqui, inclusive pela miscigenação extrema, ser negro é um fator mais fenotípico do que genotípico", diz a estudante, que afirma que a comissão é formada com diversidade, por alunos, professores e servidores para garantir representatividade na validação da autodeclaração dos candidatos.

Além de fraudes, Julia também aponta que cotistas enfrentam discriminação e empecilhos para permanecer no ensino superior. Muitas pessoas acham que alunos negros ou de baixa renda estudam menos, mas os cotistas precisam se esforçar muito para garantir o acesso e a permanência no ensino superior. "O ensino nas escolas públicas não é exatamente

Foto: Igor Sperotto



Julia Lourenço (esq.) ao lado dos colegas Eronice Lima Souza e Daniel Vieira, que participam da gravação PretoPod, um podcast que trata de questões sobre a negritude

te o melhor possível, e a UFCSPA, por ser de excelência, tem um nível de cobrança grande. Então, é uma mudança brusca na forma de ensino e metodologia. É um baque nos primeiros semestres até a pessoa pegar o jeito", relata.

A estudante conta que muitos de seus colegas brancos chegam à universidade após terem estudado em escolas privadas ou cursinhos pré-vestibular, enquanto alunos negros vêm de instituições

onde, muitas vezes, faltam professores, sobretudo em matérias como Matemática e Física. "Meus colegas – de UFCSPA – já tiveram conteúdos que nunca vi, por exemplo", declara Julia, que será a primeira da família a se formar em uma universidade pública. A estudante celebra o fato e que a Lei de Cotas beneficiou também sua mãe, hoje cotista do ProUni e estudante de Direito em uma faculdade privada.

Cortes no orçamento podem afetar cotistas

Em junho deste ano, o Ministério da Educação cortou 3,2% do orçamento da verba de custeio das universidades federais, o equivalente a R\$ 220 milhões. A medida pode afetar a manutenção de políticas que beneficiam estudantes cotistas. "A verba de assistência estudantil, que é carimbada,

não costuma ser suficiente para todos. Então, a maioria das universidades usa esse dinheiro do custeio, agora reduzido, para financiar bolsas, RU e outras coisas importantes", lamenta a médica Lúcia Pellanda, reitora da UFCSPA. Fora o corte, outros 4% do orçamento seguem bloqueados.

Origem nos movimentos sociais

A Lei de Cotas nasceu da pressão do movimento negro, da sociedade civil organizada e do pioneirismo da Universidade de Brasília (UnB), primeira instituição de ensino superior federal a implementar cotas raciais, ainda em 2004. Nos anos seguintes, outras universidades criaram cotas com base na autonomia universitária até que o Democratas, atual União Brasil, ingressou com uma ação no Supremo Tribunal Federal contra a

UnB, sob argumento de que a política seria discriminatória e inconstitucional, mas a corte decidiu pela constitucionalidade da medida ao julgar a ação em 2012, o que abriu caminho para a sanção da Lei. Relatada pelo ministro Ricardo Lewandowski, a decisão também definiu as bases para as comissões de heteroidentificação, ao estabelecer que o julgamento deveria ser feito com base no fenótipo e não na ascendência.

Planos para a sua saúde? O Sinpro/RS tem.



Unimed

CCG
Saúde

UNIODONTO
PLANOS ODONTOLÓGICOS

Faça a simulação e confira
o quanto você pode economizar



Professoras e professores associados ao Sinpro/RS podem contar com os melhores planos de saúde médico e odontológico.

sinprosaúde



MARCO AURÉLIO WEISSHEIMER

Todos os crimes de Bolsonaro...

Para a juíza Tamara Matos, “agressões e ameaças vindas do réu, que é nada menos do que o Chefe do Estado, encontram enorme repercussão em seus apoiadores, e contribuíram para os ataques virtuais e até mesmo físicos que passaram a sofrer jornalistas em todo o Brasil, constringendo-os no exercício da liberdade de imprensa, que é um dos pilares da democracia”

Foto: Divulgação/Palácio do Planalto



O presidente Bolsonaro e o ministro Tarcísio de Freitas trafegam pela Ponte de Abunã, na BR-364/RO, sem capacete e escoltados pela PRF

Aos poucos, começam a aparecer algumas condenações do presidente da República, Jair Bolsonaro, por falas de ódio e preconceito dirigidas por ele contra jornalistas. A 8ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) manteve por quatro votos a um, no dia 29 de junho, a condenação ao presidente Jair Bolsonaro, por ofensas dirigidas à repórter Patrícia Campos Mello, do jornal *Folha de S. Paulo*. O valor final da multa foi elevado de R\$ 20 mil, decisão em primeira instância, para R\$ 35 mil.

Bolsonaro já havia sido condenado em 2021, em primeira instância, após usar a expressão “furo”, um jargão jornalístico, com conotação sexual. Entre outras coisas, o presidente da República afirmou que a repórter queria “dar o furo” para obter informações. A jornalista Patrícia Campos Mello publicou reportagens sobre um esquema de disparo de mensagens em massa contra o PT para favorecer Bolsonaro nas eleições de 2018. Após essas reportagens, a jornalista passou a ser alvo de mensagens de ódio e ameaças vindas de apoiadores de Jair Bolsonaro.

No dia 7 de junho, a juíza Tamara Hochgreb Matos, da 24ª Vara Cível da Comarca de São Paulo,

determinou que Jair Bolsonaro pague R\$ 100 mil de indenização por ataques a jornalistas. Foi a primeira vez que um presidente da República em exercício foi condenado pela Justiça por dano moral coletivo à categoria. A ação foi iniciada no dia 7 de abril do ano passado pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo. Para o coordenador da entidade, Raphael Maia, “esta é uma vitória enorme para os jornalistas e para o movimento sindical brasileiro: não conheço algum caso semelhante em que uma entidade sindical conquistou uma condenação por dano moral coletivo de uma categoria a um presidente da República em pleno exercício do mandato”.

Para a juíza Tamara Matos, “agressões e ameaças vindas do réu, que é nada menos do que o Chefe do Estado, encontram enorme repercussão em seus apoiadores, e contribuíram para os ataques virtuais e até mesmo físicos que passaram a sofrer jornalistas em todo o Brasil, constringendo-os no exercício da liberdade de imprensa, que é um dos pilares da democracia”. Ela acrescentou:

“Ao ofender a reputação e a honra subjetiva de jornalistas, insinuando que mulheres somente

podem obter um furo jornalístico se seduzirem alguém, fazer uso de piadas homofóbicas e comentários xenófobos, expressões vulgares e de baixo calão, e pior, ameaçar e incentivar seus apoiadores a agredir jornalistas, o réu manifesta, com violência verbal, seu ódio, desprezo e intolerância contra os profissionais da imprensa, desqualificando-os e desprezando-os, o que configura manifesta prática de discurso de ódio, e evidentemente extrapola todos os limites da liberdade de expressão garantida constitucionalmente”.

A repercussão que a violência verbal de Bolsonaro encontra entre seus apoiadores e as repercussões desse clima em atos de violência acabam se materializando na vida cotidiana do país. Em um artigo publicado em 2018, o antropólogo Luiz Eduardo Soares antecipou o que estava por vir a acontecer no Brasil. Soares lembrou nesse artigo que grande parte de nossas vidas é regida pelo que é invisível – emoções, afetos, expectativas, desejos, memórias, fantasias. Na política, não é diferente. Ele argumentou: “Não é preciso incluir no programa de governo referências a um plano de extermínio, não é preciso apresentar

publicamente um programa genocida. Não é necessário exaltar a violência e o preconceito, ou incitar o ódio, explicitamente – ainda que isso tenha sido feito. O que põe em circulação a barbárie não está nos argumentos racionais da candidatura ou em suas propostas de políticas públicas. A mensagem já foi passada à sociedade. E a mensagem se resume a uma autorização. Autorização à barbárie. A morte foi convocada. A barbárie está autorizada. O horror saiu do armário”.

Além das condenações já proferidas na Justiça brasileira e das denúncias feitas contra Bolsonaro em tribunais internacionais, outras iniciativas semelhantes começam a aparecer dentro e fora do país. Ricardo Henrique Rao, indigenista especializado da Funai, que, para não ser morto, saiu do país em 2019, está ajudando a articular em Roma uma campanha para responsabilizar Bolsonaro pela morte de cidadãos brasileiros que também têm cidadania italiana, durante a pandemia de covid-19. A violência verbal e o posicionamento negacionista de Bolsonaro durante a pandemia já chegaram aos tribunais, para não falar de outras práticas do atual presidente brasileiro.



Foto: Igor Sperotto

“Eu estava perdendo minha identidade como homem gay em busca de uma identidade que não existe. Me vi uma pessoa sem identidade, sem vontade de viver e extremamente triste”, relata Carlos*, 30, que passou por diversas tentativas de terapia de conversão, a chamada “cura gay”, quanto tinha 18 anos.

Há 32 anos, a Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou a homossexualidade da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID). No entanto, profissionais da psicologia, medicina e de outras áreas ainda atuam prometendo cura. De acordo com a pesquisa “Crenças e Atitudes Corretivas de Profissionais de Psicologia sobre a Homossexualidade”, de 2018, um em cada três psicoterapeutas ainda se propõe a mudar a orientação sexual de homo/bissexual para heterossexual quando solicitado pelo paciente, e um em cada nove possui atitudes de conversão sem o pedido do paciente.

O estudo, conduzido pelo mestre em Psicologia Jean Ícaro Pujol Vezzosi, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), ouviu 692 profissionais e concluiu que a utilização das “atitudes corretivas” faz parte, sobretudo, de um contexto social maior de preconceito. “Essas terapias vendem uma ideia que o problema está na pessoa que é LGBT. Ou seja, desvia daquilo que realmente é o problema, que é o preconceito que gera discriminação”, afirma Jean.

Para o pesquisador e também autor do livro *Cura gay: não há cura para o que não é doença* (Editora Taverna, 2021, 138 págs.), o enfrentamento precisa ocorrer no sentido de combater a discriminação e mostrar que a homossexualidade é uma parte da vivência humana. “Não há nada para ser tratado ali. Não tem nada para ser modificado, não é um desvio, não é uma coisa anormal”, explica.

Hoje, esse tipo de terapia de conversão funciona de uma forma mais sutil e leve, se comparado aos métodos do passado, segundo Jean. Anteriormente, eram utilizadas técnicas cirúrgicas, internações, uso de hormônios e eletroconvulsoterapia. Contudo, mesmo deixando de lado essas intervenções, o “novo método” é tão danoso quanto.

Proibida, a cura gay ainda é praticada em consultórios

por Douglas Glier Schütz

Estagiário de Jornalismo, com supervisão e edição de César Fraga

Apesar de proibidas, terapias conversivas são oferecidas por profissionais da saúde no Brasil. Conforme estudo, um terço dos terapeutas ainda utiliza as práticas de cura gay

Dentro do consultório

Durante a sessão, o profissional busca conduzir e motivar o paciente para que este queira mudar a orientação sexual. Jean esclarece que existe um “treino de habilidades heterossexuais”, além da tentativa de ensinar comportamentos típicos do que é “ser mulher e ser homem”, como os gestos, o com-

portamento e o tom de voz.

Carlos confirma a tentativa de uma educação para performar heterossexualidade. “Um dos passos do meu tratamento era resgatar a verdadeira masculinidade. Fiquei três dias em um acampamento, com profissionais dos Estados Unidos, para passar por este pro-

cesso”, recorda. Ele também chegou a participar da direção de um dos acampamentos que prometiam a cura gay.

De acordo com ele, os retiros de cura que coordenou utilizavam um misto de emoções, pois o foco era trabalhar justamente este aspecto. “Estar lá era bom e ruim. Era

um encontro que dava esperança na tal ‘cura’, depois percebíamos a realidade”, conta. Carlos explica que sempre gostou de participar dessas atividades, fazia parte da sua crença, por isso acreditava que o ambiente era normal. Hoje ele entende que era muito inocente em relação a este assunto.

Charlatanismo moderno

As terapias conversivas são consideradas um “charlatanismo moderno”. Os danos causados aos pacientes dependem do nível de intensidade aplicado nas tentativas de conversão. Jean sustenta que os problemas desenvolvidos vão desde disfunções sexuais graves até piora ou desenvolvimento de transtorno de ansiedade, transtorno de humor – principalmente

depressão – e, em casos extremos, o paciente pode chegar a tentar o suicídio.

A experiência de Paulo*, 34, comprova que esses danos existem e podem mexer com pacientes que são submetidos a este tipo de terapia. Ele conta que, na época, quando estava com 32 anos, buscou um psicólogo cristão, pois participava da igreja e acreditava que essa se-

ria a escolha ideal de profissional. Entretanto, a solução oferecida pelo psicólogo desencadeou outros problemas na vida de Paulo.

“Para ele (o *terapeuta*), meu único problema era eu nunca ter provado uma *buc*tinha*, foi exatamente dessa forma que ele falou pra mim. Ele me indicou procurar uma prostituta e disse que, depois de ter uma relação sexual, eu resolveria

meu problema”, relata Paulo.

Depois dessa experiência, apesar de já ter sentido atração por mulheres, Paulo conta que desenvolveu uma barreira muito grande com qualquer mulher. Além de não conseguir ter a relação com a garota de programa, ficou com vergonha de relatar isso ao seu psicólogo e precisou lidar com essa trava.

Quebra do Código de Ética

Mesmo sendo aplicada em consultório, essa prática é ilegal e vai contra a Resolução nº 01/1999 do Conselho Federal de Psicologia (CFP). Conforme o órgão, a normativa “veta que as(os) profissionais da psicologia exerçam qualquer atividade que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas”. Proíbe, ainda, adotar ação coercitiva que busque orientar homossexuais para tratamentos não solicitados. A norma impede, portanto, a prática de terapias na linha da cura gay.

Paulo, que hoje é estudante de Psicologia, afirma que não buscou denunciar o psicólogo pois não sabia da ilegalidade desse tipo de terapias conversivas. “Hoje, depois

de estudar e estar dentro do curso, eu sei que poderia ter denunciado, mas deixei de lado isso, não quero tocar neste assunto”, registra.

A experiência de Carlos foi diferente. Ele afirma que buscou esse tipo de tratamento por questões religiosas, mesmo sabendo que essa espécie de terapia é proibida no Brasil. Ele, ainda, conta que há grupos no WhatsApp e Facebook com pessoas buscando essa “cura”.

Para Jean, mesmo com a publicação da Resolução, o CFP é pouco efetivo no seu papel de órgão fiscalizador e punitivo. Desde 1999, apenas uma profissional perdeu o registro para atuar como psicóloga em virtude de fazer a utilização de práticas conversivas dentro do

consultório. O pesquisador declara que é necessária a “criminalização da homo e da transfobia”. Ele justifica que só assim, do ponto de vista cível, haverá um respaldo jurídico que permitirá o processo de um profissional que tenha comportamento discriminatório, já que, em âmbito criminal, as terapias conversivas não são criminalizadas.

Mas esses comportamentos não devem passar impunes. Dentro do CFP, a(o) profissional que for denunciado(a) passa por diversas etapas de punições. Inicialmente, ela(e) deveria receber uma advertência, seguido de censura pública, cassação do registro profissional e, por último, a perda da licença. Essas são as etapas de atuação do Con-

selho em casos de denúncia por aplicação de terapias conversivas.

Porém, Jean explica que, após a advertência, os profissionais que agem dessa forma aprendem como “esconder melhor” esse tipo de desserviço. “Não há, necessariamente, um remorso ou uma mudança efetiva na postura do profissional. Basicamente, aqui no Brasil, a pessoa vai ficar mal falada se ela for publicizada por ter tentado fazer terapia de conversão, mas nos nichos dela, nas bolhas, as pessoas vão achar bonito e ela vai continuar vivendo a sua vida”, argumenta. (N.E.: Saiba como denunciar em www.extraclasse.org.br)

*Os nomes dos entrevistados foram alterados para preservar a sua integridade.



FAMÍLIA PREVIDÊNCIA
Você precisa. Seu futuro merece.

O QUE FALTA PARA VOCÊ REALIZAR SEU SONHO?

Invista agora!
Planos a partir de **R\$ 50 mensais.**

www.familiaprevidencia.com.br

INSTITUIDOR
SINPRO/RS
Sindicato Cidadão



Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil

Uma breve história do acesso ao voto no Brasil

por Marcelo Menna Barreto

A nota alta que o Brasil recebeu no quesito processo eleitoral e pluralismo no último Índice de Democracia, organizado pela revista inglesa The Economist, coloca o país na 47ª posição com a nota 9. O ranking criado pela tradicional publicação econômica para aferir o estado democrático em 167 nações é rigoroso. Se o Brasil está no grupo Democracias Falhas, ao seu lado também seguem França, Israel, Chile, Espanha, Estados Unidos, Portugal e Itália.

É esse olhar internacional – avalizador da história do processo eleitoral e do pluralismo brasileiro – que acompanhará atento os cerca de 150 milhões de brasileiros que irão às urnas no dia 2 de outubro. A nota que beirou o máximo da The Economist tem sua história. Um enredo que começa 32 anos após a chegada dos portugueses e que passa por ciclos de menor e maior participação. Do voto falado à exclusão e reinserção dos analfabetos; da conquista do voto feminino, dos negros e indígenas até o voto dos adolescentes de 16 e 17 anos; do sufrágio impresso até a chegada das atuais urnas eletrônicas

Jairo Nicolau, especialista em sistemas eleitorais e professor do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (FGV), entende que o país fez uma trilha própria para a democracia que não envergonha ninguém. “Achar que o que aconteceu aqui não aconteceu em outro lugar do mundo não é correto. Nós seguimos o nosso caminho”, diz.

Autor dos livros *História do Voto no Brasil* e *Eleições no Brasil: Do Império aos dias atuais* (Zahar), Nicolau diz que o voto do brasileiro tem uma “história magnífica do ponto de vista da duração”.

Segundo ele, obviamente, houve tempos mais oligárquicos, fechados. Mas, levando em conta o que considera marco de regularidade, “se não são períodos plenamente democráticos, são, de fato, duzentos anos de eleições”.

Na escola, continua o professor, “se aprende, por exemplo, o primeiro reinado, a regência, o segundo reinado; mas, não que durante todo esse período deputados nacionais eram escolhidos em todo o território para representar o que, na época, eram chamadas de províncias”.

Para Nicolau, uma história riquíssima que só foi interrompida no Estado Novo de Getúlio Vargas. “Foi o único momento que formalmente se suspende qualquer tipo de eleição.”

Na ditadura estabelecida com o golpe de 1964, Nicolau fala que o país teve eleições de “pé quebrado”, manipuladas. Por outro viés, aponta algo que considera singular: um regime que dissolve partidos, mas estabelece dois para continuar em eleições regulares, exceto em locais considerados de segurança nacional.

Ao cabo, Nicolau é categórico: o Brasil não fica atrás de países como Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha. “Neles, você também vai ver percalços. Não há um processo linear. A Alemanha teve uma experiência que foi além do autoritarismo, não é?”, indaga.

Sobre sistemas eleitorais, ele considera o brasileiro mais eficiente e mais democrático que o dos Estados Unidos, por exemplo. “Nossa eleição é direta; cada eleitor conta como um voto. Lá, nós tivemos o Al Gore e a Hillary Clinton que ganharam no voto popular, mas não acabaram presidentes porque o que conta é o dos delegados eleitos para a escolha. Prefiro o nosso. Ainda tem dois turnos e usa modelo de representação proporcional para eleger parlamentares.”

20% não acreditam em urnas eletrônicas

O processo eleitoral, que é atestado pelos especialistas do *Índice de Democracia* do *The Economist*, tem sofrido forte ataque do presidente da República e candidato à reeleição, Jair Bolsonaro (PL-RJ).

Suas *lives* sugerem que o voto via urna eletrônica possibilita fraudes e que ele mesmo só não teria ganho o último pleito no primeiro turno por causa disso. No entanto, Bolsonaro não apresenta provas do que diz.

Para a professora da *Columbia Women's Leadership Network* no Brasil, Débora Thomé, Bolsonaro “se posiciona como um candidato antipolítico, apesar de ser o mais imbricado possível com a política. Ele tem uma agenda de desacreditar o sistema. Ele está falando o tempo todo ‘o sistema não presta’. Faz isso para movimentar a sua base”, diz.

Jairo Nicolau vê o que era



Alvos de notícias falsas, as urnas eletrônicas foram colocadas em suspeição, mas a maioria confia no sistema

antes motivo de grande orgulho virar um pesadelo para alguns. “Hoje temos 20% da população que não acredita (nas urnas). Do nada! Com *fake news*, sem nenhuma prova. Isso é terrível. Um trabalho incansável do presidente em minar a confiança da população.”

Ele afirma que o modelo brasileiro foi copiado por vários países e vê um argumento “patético” na boca de Bolsonaro. “Que fraude é essa que não o tirou do poder? Se é para fraudar, ganha! Não se frauda pela metade. É um argumento torto”, fala indignado.

O paradoxo da exclusão

Durante o período colonial, havia o voto conhecido como cochichado. Segundo ordens reais, uma pessoa ouvia e registrava a intenção do eleitor não letrado. Ao começar a fase do Brasil Império, o analfabeto já estava votando havia muito tempo. Isso perdurou 59 anos nos reinados de Dom Pedro I e Dom Pedro II, incluindo o período da regência.

Em 9 de janeiro de 1881, os analfabetos perdem seu direito de voto e de participar da vida política do país. O Decreto nº 3.029 (Lei Saraiva) acata a ideia do então Deputado Geral pela Bahia Rui Barbosa e estabelece o “censo literário”. Exige-se saber ler e escrever para votar.

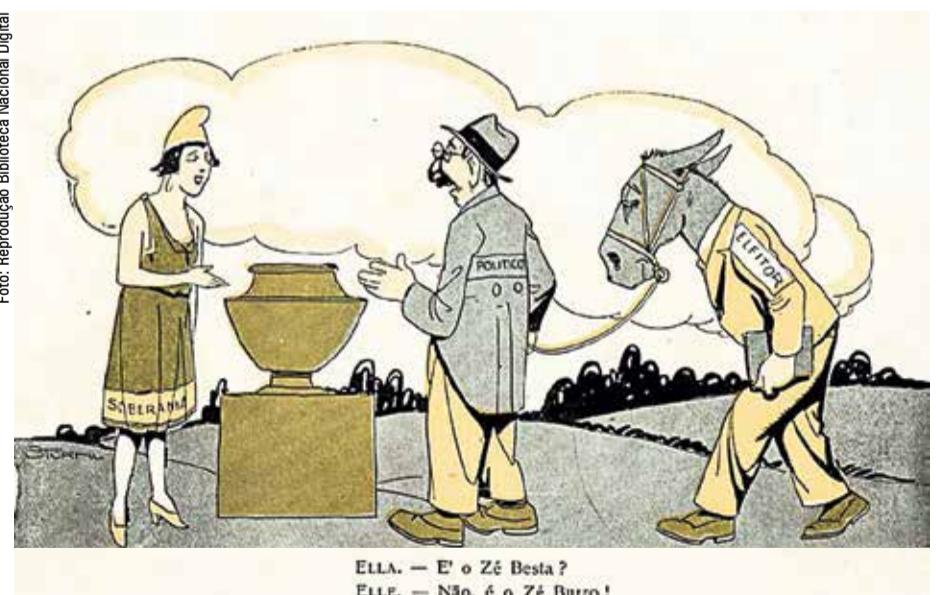
A mesma lei também criou o título de eleitor e adotou eleições diretas para todos os cargos eletivos do Império. O voto somente para os cidadãos com renda de 100 mil-réis, o censitário, foi mantido. Essa movimen-

tação se dá quase oito anos antes da instituição da República que, logo depois de ser instaurada, manteve a proibição para os analfabetos.

Três dias após a queda da monarquia, o sexto decreto do governo provisório reafirma a exclusão com a assinatura de todo o gabinete do Marechal Deodoro da Fonseca. Lá estava Rui Barbosa. Desta vez, como Ministro da Fazenda. Na história do Brasil, mulheres,

negros, pobres e analfabetos ficaram muito tempo sem votar. Para os negros, conforme a *Série Inclusão*, publicada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), nunca houve proibição formal, mas velada.

Na época da escravidão, como os negros eram considerados propriedades, não tinham direito por não ter cidadania. Depois, o impedimento veio por conta da proibição do voto para os analfabetos.



“As próximas eleições... de cabresto”, charge de Storni na revista *Careta*, de 19 de fevereiro de 1927

Pequena representação popular

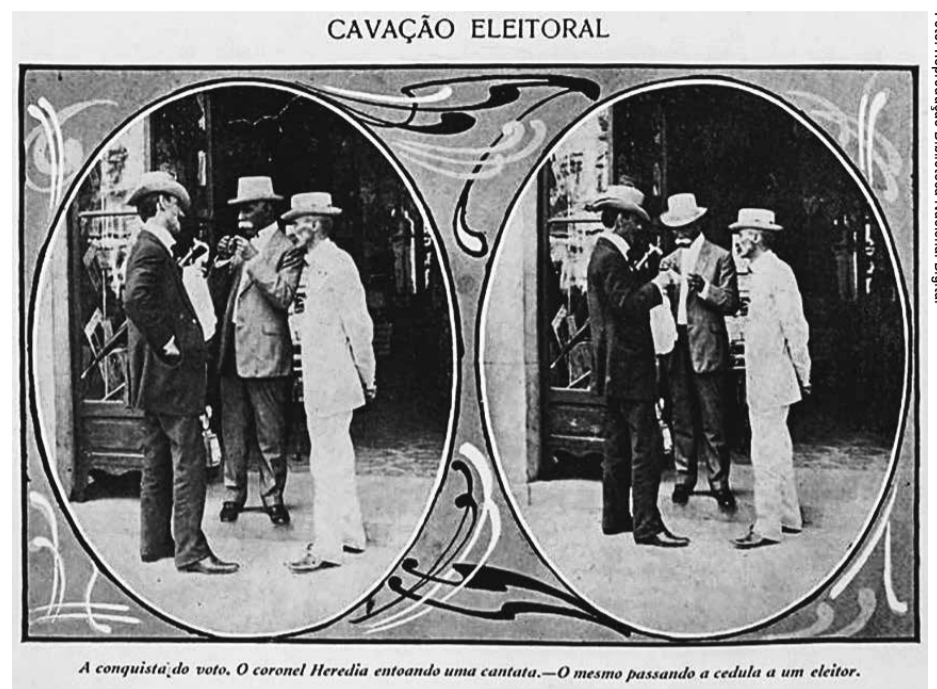
A não participação dos analfabetos ainda foi grafada na primeira Constituição da República, em 1891. Apesar da mesma carta abolir o critério censitário para os pleitos nacionais, a soma conta da a partir da Lei Saraiva deixou uma parcela significativa da população brasileira sem votar por 104 anos. Isso, destaca Nicolau, foi uma marca que trouxe consequências gravíssimas para a representação política no país.

"A gente não está falando de um grupo pequeno. Há duas, três décadas, a gente fala de 25% da população. Representava ¼ da população, quase a metade em estados como Piauí e Alagoas. É um fenômeno que proibiu todo um

segmento de entrar no processo político. Qual estímulo que uma elite tem de fazer políticas para os mais pobres se eles não são eleitores?", questiona.

A situação de não acesso às urnas aos não alfabetizados persistiu até maio de 1985. O Congresso Nacional aprovou uma das primeiras emendas constitucionais democratizantes após a ditadura militar.

Assim, em plena República, os não letrados só tiveram o direito de votar em novembro de 1985. Foi a primeira eleição após o golpe de 1964. No fim da restrição do período de exceção, foram eleitos prefeitos de capitais, estâncias hidrominerais e cidades em área de segurança nacional.



A conquista do voto. O coronel Heredia entoando uma cantata.—O mesmo passando a cédula a um eleitor.

Fotos publicadas em 1909 pela revista *Careta* mostram um coronel entregando uma cédula eleitoral a um eleitor

Metade da população passa a fazer parte

Mesmo com o voto sendo facultativo para analfabetos, "metade da população foi incorporada no processo. Isso é algo de grande impacto", afirma o sociólogo Alberto Carlos Almeida. "Já na primeira eleição direta após a ditadura, chegamos com níveis onde a menor participação foi de 49%", comemora.

Analista político, consultor de empresas e autor de best-sellers como *A Cabeça do Brasileiro* e *A Cabeça do Eleitor* (Record), Almeida entende que essa inclusão

marca o terceiro momento do que considera ciclos do voto no Brasil República, o da primeira eleição após o regime militar.

No primeiro – República Velha –, tinha um eleitorado de 5% da população. O segundo passa para 15%, em especial no período que vai de 1946 a 1964, pós-revolução de 1930 de Vargas e o Estado Novo.

Ao lado do geógrafo Tiago Garrido, o consultor lançou em maio *A mão e a luva: O que elege um presidente* (Record).

Para Débora Thomé, "é digno se pensar como a democracia brasileira passa algum tempo incompleta, com a não participação ainda de vários grupos que estavam alijados de algo tão simples na participação democrática, que é o voto".

Ao lembrar que o país foi a segunda nação que contemplou a possibilidade do voto feminino na América Latina, em 1932 (o Equador garantiu esse direito em 1929), Débora aponta na história a integração tardia ao processo eleito-

ral das mais variadas camadas sociais brasileiras.

"Imagina que foram necessários mais de 30 anos, quase quatro décadas para que a mulher pudesse votar, mesmo o Brasil já sendo uma República. Interessante ver como um fato como esse leva tempo para acontecer e, depois, mais tempo para que os analfabetos também possam votar. Você tem um déficit de vários grupos que não foram integrados em seu mínimo, que é escolher os seus representantes", reflete.

Sufragistas conquistam o direito ao voto feminino

Débora é autora do livro infantil *50 Brasileiras incríveis para conhecer antes de crescer*

(Galera Record). Nas páginas com a biografia de grandes personalidades, ela destaca a luta de Leo-

nilda Daltro e Bertha Lutz, que, ao lado de outras "sufragistas" entre os anos 1910 e 1930, mobilizaram fortemente a sociedade na busca do direito ao voto feminino.

Por meio de um decreto do Código Eleitoral de 1932, Vargas estabelece o voto facultativo para as mulheres no Brasil. A Constituição de 1934 ratifica o direito.

Não que a "briga" não tivesse começado antes. "Na época da Proclamação da República houve muita discussão. Na primeira Constituinte, era algo que já se falava, mas não foi contemplado", esclarece. Antes mesmo, houve o caso da gaúcha Isabel de Souza Mattos. Dentista – "com título

científico" – ela se aproveitou da brecha na Lei Saraiva para exigir e obter seu registro de eleitora. Era 1887, no Império. Ganhou, mas não levou. Foi barrada de votar em 1890 por um presidente de mesa, na República.

Precedendo o decreto de Vargas, as potiguares conseguiram sua inclusão em 1927. A lei estadual nº 660 vigorou apenas no Rio Grande do Norte, porém foi o suficiente para eleger a primeira prefeita no Brasil. Em 1928, Alzira Soriano recebeu 60% dos votos para chefiar o executivo de Lages.

O voto feminino somente é equiparado ao dos homens, tornando obrigatório em 1965.



Em 1933, houve eleição para a Assembleia Nacional Constituinte, e as mulheres puderam votar e ser votadas pela primeira vez

Adolescentes ganham voto no grito

Conforme a Constituição Federal de 1988, os adolescentes maiores de 16 anos e menores de 18 têm o direito facultativo ao voto. Isso não veio de mão beijada. Ápice de várias discussões, há 34 anos, em 2 de março, centenas de jovens entoaram "Chegou a nossa vez, votos aos 16" nas

galerias do Congresso Nacional.

O movimento, que teve origem nos estudantes secundaristas que participaram nas lutas contra a ditadura nos anos 1980, teve amplo apoio entre os constituintes. Foram 355 votos favoráveis contra 98 contrários e 38 abstenções.

Foto: Reprodução Memorial da Democracia/Sérgio Marques



Em 2 de março de 1988, estudantes comemoram nas galerias do Congresso a aprovação do voto aos 16 anos na Constituinte

Indígenas em busca de representação

A Constituição do Brasil estabelece proteção especial à cultura indígena. Para impedir imposições de regras estranhas à sua cultura

e sociedade, é entendido que uma decisão coletiva dos aldeados prevalece sobre a obrigatoriedade da lei eleitoral brasileira.

Assim, em tese, caso esses povos originários entenderem conjuntamente que o voto não lhes interessa, não estarão sujeitos a penalidades.

O contrário é que está acontecendo. Cada vez mais indígenas mostram interesse e buscam participar das eleições em todo o território nacional.

No entanto, a legislação não permite o alistamento eleitoral para aqueles que não saibam falar português.

De acordo com o TSE, em 2018, houve um crescimento de 56,47% de candidatos que se declararam índios ou descendentes ao realizarem o pedido de registro de candidatura. Foram 133 concorrentes ao pleito, contra 85 nas Eleições Gerais de 2014.

"Nós hoje somos cerca de um milhão de pessoas que fazem parte de mais de 305 povos distintos, que falam mais de 180 línguas. E, apesar de termos sido criminosamente reduzidos em números, nós representamos uma enorme diversidade social e cultural que detém conhecimentos tradicionais, saberes e ancestrais. Nossos conhecimentos tradicionais asseguraram toda proteção aos territórios indígenas, que hoje são 13% do território nacional", declarou Joenia Wapichana ao tomar posse na Câmara dos Deputados.

O primeiro indígena a ocupar uma cadeira no parlamento brasileiro foi o cacique xavante Mário Juruna, eleito em 1982 pelo PDT do Rio de Janeiro, com 31 mil votos.

Foto: TSE/Divulgação



A maioria dos indígenas faz questão de votar

Mulheres são maioria do eleitorado

Segundo as últimas Estatísticas do eleitorado – por sexo e faixa etária divulgadas em maio pelo Tribunal Superior Eleitoral, o total de eleitores no Brasil é de 152.303.709 milhões. As mulheres representam

52,83%, 80.468.657. Os homens são 47,15%, 71.804.110, sendo que 30.942 não informaram gênero (0,02%) Entre os que têm o voto facultativo, estão aptos 1.008.797 de jovens de 16 anos. Destes, 556.609 são mulhe-

res, 55,18%, e 452.188 são homens, 44,82%. Na faixa etária dos 17 anos, estão 1.522.078 de eleitores. São 808.036 mulheres, 53,09%, e 714.042 homens, 46,91%. Também com o voto facultativo, idosos de 70 a 79 anos

totalizam 8.999.058 de eleitores. Mulheres são 55,50%, 4.994.335 e homens, 44,42%, 3.997.723. Eleitores acima dos 79 anos somam 4.051.071. Mulheres são 57,57%, 2.332.401 e homens, 42,20%, 1.709.606.

Para quem é da capital

Para quem é do interior

Obras em casa? Sossego para estudar? Nova orla do Guaíba? Show e espetáculos?

25 apartamentos em Porto Alegre com preços mais baixos para associados do Sinpro/RS e descontos especiais para mensalistas. Quem é do interior aproveita o que tem de melhor na capital e fica muito bem acomodado. Quem é de Porto Alegre não passa aperto em casa porque sempre tem onde ficar. Seus parentes e amigos também são bem-vindos.

RESERVAS
casadoprofessor.sinprors.org.br

SINPRO/RS
Sindicato Cidadão

CASA do PROFESSOR
Hotel

Sistema S amplia oferta de escolas

A ampliação de vagas escolares no Sistema S gaúcho traz um consequente crescimento no mercado de trabalho e ofertas de ensino profissionalizante. Isso, segundo o diretor do Sindicato dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul (Sinpro/RS) Cássio Bessa, é consequência da mudança do Novo Ensino Médio, onde o segmento tem experiência com seus cursos técnicos



Foto: Dudu Leal/Divulgação

Escola Sesi de São Leopoldo

por Marcelo Menna Barreto

Não é para menos. No último dia 25 de maio, um investimento de R\$ 300 milhões na educação regional foi anunciado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs).

O aporte que se dará por meio do Serviço Social da Indústria do Rio Grande do Sul (Sesi/RS) prevê a construção de seis escolas de Ensino Médio em tempo integral nos municípios de Bento Gonçalves, Canoas, Caxias do Sul, Novo Hamburgo, Lajeado e Santa Cruz do Sul.

Também nos planos, a ampliação da estrutura focada nesse segmento em Pelotas.

Ao todo, quando entrarem em operação, essas unidades de-

verão gerar 2,4 mil novas vagas para estudantes e 300 empregos diretos.

INVESTIMENTO – Nos recursos do programa que foi denominado *A Indústria Pela Educação*, ainda estão contempladas a criação de um instituto de formação de professores em Porto Alegre e a ampliação e reformulação do chamado contraturno tecnológico.

No primeiro caso, o objetivo, de acordo com a apresentação realizada no anúncio do programa, são a capacitação e a qualificação de educadores de escolas públicas e privadas.

O segundo, visa atender a crianças de seis a 15 anos no turno inverso à escola. Terá como enfoque o pensamento computacio-

nal. Um total de mil novas vagas será criado, e cinco mil alunos serão beneficiados.

O programa *A Indústria Pela Educação* é o maior investimento na área educacional feito pelo Sesi/RS em seus 75 anos de história. O desembolso do programa já deve começar em 2022 com o lançamento do instituto de formação de professores.

INDÚSTRIA E EDUCAÇÃO – No lançamento do programa, o presidente da Fiergs, Gilberto Porcello Petry, destacou: “As nações hoje desenvolvidas já mostraram que a indústria e a educação formam a base para uma sociedade próspera”. No cronograma do Sesi/RS, a expectativa é que as primeiras escolas que serão cons-

truídas entrem em operação em 2025. O público-alvo são filhos de trabalhadores da indústria, que poderão receber bolsas integrais e parciais.

A primeira escola de Ensino Médio do Sesi/RS iniciou sua operação no ano de 2014, em Pelotas. Após, mais quatro unidades foram agregadas: Sapucaia do Sul, Gravataí, Montenegro e São Leopoldo. Com as novas unidades, a rede Sesi/RS no ensino médio passará a contar com 11 escolas.

O Sesi/RS ainda mantém cursos de Ensino de Jovens e Adultos (EJA) na modalidade a distância. Eles são destinados aos anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º) e Ensino Médio.

Know-how favorece expansão

Para Cássio Bessa, o mais recente boom de investimentos do Sistema S no estado se dá, principalmente, devido às mudanças na Base Nacional Comum Curricular do Brasil (BNCC), a qual estimula

o foco no desenvolvimento de competências, alinhadas às demandas do mundo contemporâneo, e o compromisso com a educação integral, conforme as necessidades, possibilidades e interesses dos estudantes.

A BNCC estabelece cinco itinerários formativos para o ensino médio. Um deles, o quinto, é a educação profissional.

“Como o sistema tem *know-how* de formação profissional, está ofe-

recendo esse itinerário da educação profissional no ensino médio de forma integrada”, explica.

É exatamente isso que motivou o Serviço Social do Comércio do Rio Grande do Sul (Sesc/RS e Se-

nac/RS) a estabelecer neste ano, no estado, o EAD EJA - Ensino Médio.

São 2.500 vagas ofertadas para jovens e adultos que queiram a oportunidade de cursar o ensino médio a distância e, ao mesmo tempo, obter qualificação profissional em produção cultural.

Abrangendo todas as matérias do ensino médio, mais as necessárias para a formação técnica, o EAD EJA - Ensino Médio é gratuito e tem a duração de 18 meses.

Paralelo ao ensino a distância, é realizado um encontro presencial obrigatório por semana em um polo de apoio. Os estudantes também têm acesso às atividades de cultura, esporte e lazer oferecidas pelo Sesc. A ideia, especificamente nas atividades culturais, é assistir e aprender como faz, conforme explica a instituição.

Além do EAD EJA, corroborando com a tese do dirigente do Sinpro/RS, o Sesc/RS implantou o ensino fundamental regular, presencial, em três escolas próprias.

Em Santa Maria e Novo Hamburgo, o início se deu em 2021. Neste ano, Santa Cruz do Sul passou a contar com uma unidade de ensino fundamental do Sesc/RS.

A nova BNCC começou a vigorar na educação infantil e no ensino fundamental em 2020. Em 2021, tornou-se obrigatória também no ensino médio.

O que é o Sistema S

O Sistema S, como é conhecido, é o conjunto de instituições que recebem recursos da tributação de empresas de diversos setores para viabilizar assistência social, cultura, lazer, treinamento profissional e serviços de educação no Brasil. Todas se iniciam com a letra S e remontam à década de 1940, com exceção do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), criado em 1972, e do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), em 1991.

O Sesi e o Sesc são os dois Ss que, além da formação de mão de obra técnica, também atuam na educação básica, no ensino fundamental e médio.

A Rede Sesi se estabeleceu em 1946 com o foco no ensino voltado ao mercado de trabalho e ao desenvolvimento da indústria brasileira.

Em sua abrangência nacional, o Sesi reúne hoje mais de 500 escolas de educação básica e formação continuada em todos os estados do país.

Já o Sesc/Senac passou a atuar na educação em 1947. Sua ação vai desde a alfabetização até a atualização profissional.

A educação básica é ofertada no ensino infantil, fundamental e médio em 213 unidades distribuídas no território nacional. A exceção é o estado de São Paulo, que trabalha a educação não formal em seus espaços de cultura e lazer durante o contraturno das aulas.

No Sesc, o ensino fundamental passou a ocorrer, respectivamente, em 1995 e 1997 nos estados do Amazonas e Mato Grosso.

No entanto, a expansão para os demais estados que incluiu o ensino médio começou a partir de 2000.

Cássio Bessa diz que o Sinpro/RS tem acompanhado esse crescimento. Ao todo, Sesi, Senai, Sesc e Senac empregam 484 professores.

Esses docentes integram a base do Sindicato nas 36 escolas que compõem a rede das três instituições e que estão sediadas em 27 municípios gaúchos.

RESCISÕES

Cresce o número de demissões por iniciativa dos professores



Aumentou em 45% o número de pedidos de demissão dos professores (por vontade própria) no ensino privado no primeiro semestre de 2022. Um número considerado atípico, se comparado com anos e até décadas anteriores. Esta realidade surgiu na esteira da pandemia de covid-19, fenômeno que tem ocorrido também em outras profissões.

De um total de 2.388 demissões homologadas entre 1º de janeiro e 28 de junho, praticamente metade – 1.073 – foi a pedido. Os maiores índices estão na educação básica (61%) e na educação infantil exclusiva (22%). “Em um período marcado pelo desemprego e em que há empenho na manutenção da empregabilidade, estes números causam surpresa e preocupação”, avalia o diretor do Sindicato dos Professores do Ensino Privado (Sinpro/RS), Marcos Fuhr.

Assim que surge outra oportunidade profissional, os professores tendem a desistir do magistério. Entre os motivos, estão estresse, adoecimento e baixos salários. Depois de 18 anos atuando na educação infantil, a professora Maria do Carmo (nome fictício) desistiu. Com um salário de R\$ 1.700,00 para 30 horas semanais, vivendo só, já não conseguia arcar com todas as contas do mês. Há dois meses, sobrevive vendendo bolos, sanduíches e pães caseiros pela internet. Também tem feito faxinas.

“Estava esgotada com a sobrecarga de trabalho para um salário tão baixo. Vários diplomas na área e sem motivação.” Ela conta que chegava em casa cansada a ponto de não comer e ir dormir com a roupa do corpo. Na demissão, ainda descobriu que, embora descontada em folha, a escola em que trabalhava não depositou o FGTS e nem o INSS.

A diretora do Sinpro/RS Margot Andras, que acompanha a educação infantil, informa que boa parte dos educadores da área precisa trabalhar em mais de uma instituição para sobreviver. Um profissional que trabalhe 40 horas semanais não chegará a R\$ 3 mil mensais. “Para muitos, está valendo mais

a pena buscar outras áreas, o que é triste, pois este professor levou tempo fazendo um curso superior para ganhar tão pouco.”

Também surpresa e preocupada, a diretora do Sinpro/RS Cecília Farias detectou que há um grande descontentamento nos profissionais da educação básica. Alguns, conforme ela, estão desistindo da carreira docente em razão do estresse, pois “existe uma sobrecarga de trabalho impressionante”.

Ela acrescenta que, atualmente, além de todas as exigências das escolas em cima dos professores, há um olhar muito apurado sobre a diversidade dos alunos. “Muitas vezes, é necessário mais planejamento e materiais pedagógicos para atender a essas diferenças. Avaliações diferentes, inclusive. Alguns professores relatam fazer diversos instrumentos de avaliação diferenciados sobre o mesmo conteúdo para atender a essas especificidades.”

Responsável há 12 anos pelas homologações rescisórias no Departamento Jurídico do Sindicato, Tamires Ladvig se surpreendeu com a situação. “Nunca tinha visto um número tão alto de pedidos de demissão.” Para comparar, no primeiro semestre de 2021, houve 2.071 rescisões, sendo 812 a pedido. Chamaram sua atenção casos de professores que foram admitidos em fevereiro e pediram para sair em abril.

Ela ouviu vários motivos para os pedidos de demissão. Uma professora desistiu de lecionar porque tinha de acordar às 5h diariamente para ir de Porto Alegre a Gravataí, onde começava a dar aulas às 7h. Ao meio-dia, entre uma escola e outra, comia no caminho e passou a se queixar também dos gastos de deslocamento. A correria entre duas escolas não compensava.

Tamires identificou, ainda, questões de adoecimentos e de baixa autoestima nesses pedidos de demissão. Observou que há casos de busca por mais qualidade de vida. Mas, também, existem muitos outros ocasionados por pressão e estresse.

Sinpro/RS fiscaliza a sobrecarga de trabalho dos professores

por Douglas Glier Schütz

O retorno ao ensino presencial, após um ano e meio de ensino virtual e híbrido, segue impactando no trabalho dos professores. A utilização de ferramentas de comunicação, como WhatsApp, Google Classroom, ClipEscola e o próprio e-mail, continua gerando uma sobrecarga de trabalho nos profissionais da educação.

Os professores relatam alta demanda de trabalho e dificuldade em conseguir um período de lazer. Todo esse cenário esbarra na Notificação Recomendatória (NR), de 2012, do Ministério Público do Trabalho (MPT). O documento, construído a partir de audiência

entre os Sindicatos das escolas e dos professores, quer garantir o direito de descanso e dá outras recomendações aos empregadores das instituições de ensino.

De acordo com o diretor do Sinpro/RS Cássio Bessa, a entidade está fiscalizando as escolas e já fez reuniões para tratar do assunto. "O surgimento das novas tecnologias, agravado pela necessidade do serviço remoto durante a pandemia, continua sendo um problema. Os professores perderam o seu repouso e a possibilidade de não estar trabalhando", afirma.

O caso mais recente é do aplicativo ClipEscola, o qual promete



Foto: Marcello Casati Jr./ABR

"transformação digital para as escolas" e "acompanhamento do desempenho escolar e sala de aula virtual". No entanto, professores da capital relatam que a utilização da ferramenta tem gerado ainda mais excesso de trabalho, inclusive fora

do horário de expediente.

Cássio assegura que o Sinpro/RS tem reivindicado com as escolas a garantia de que os professores trabalhem apenas durante o seu horário de serviço e o controle da utilização desses aplicativos.

RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Assembleia de Credores da Rede Metodista será em agosto

O processo de Recuperação Judicial (RJ) da Rede Metodista, suspenso em novembro, por decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), foi retomado em abril após provimento de um recurso da instituição, que apresentou seu Plano de Recuperação Judicial Modificativo a ser submetido à votação na Assembleia Geral de Credores, no dia 10 de agosto.

DENÚNCIA – No final de junho, a Rede Metodista pressionou pro-

fessores e funcionários a assinarem procurações para que seus advogados os representem na Assembleia de Credores da RJ.

O Sinpro/RS denunciou a "política de constrangimento dos trabalhadores com as reiteradas ameaças de potencial falência imediata das instituições e consequente perda do emprego, em decorrência de uma eventual rejeição ao Plano pela Assembleia de Credores".

De acordo com o Sindicato, a

iniciativa da instituição "se constitui em claro constrangimento para conseguir um alinhamento com o interesse patronal, com vistas à aprovação da sua questionável e frágil proposta", ressaltou. O Sinpro/RS requereu ao Ministério Público do Trabalho, ao Judiciário Trabalhista e ao Administrador Judicial da RJ a anulação das procurações.

Os professores que não desejam alterar o que foi feito duran-

te as reuniões poderão constituir os advogados do Sindicato como procuradores. Todos que tenham créditos reconhecidos poderão participar da Assembleia. Essa participação poderá ser direta pelo próprio professor, que poderá também nomear um procurador para representá-lo na Assembleia.

Caso o professor não se habilite a participar diretamente ou por procurador específico, o Sinpro/RS o representará.

PASSIVO

São Judas Tadeu entra com pedido de Recuperação Judicial

A Instituição Educacional São Judas Tadeu, mantenedora da Escola de educação básica e Faculdades São Judas, em Porto Alegre, ingressou, no dia 7 de junho, na 1ª Vara Regional e Empresarial de Porto Alegre com um pedido de Recuperação Judicial e suspensão, pelo prazo de 180 dias, do pagamento de fornecedores, salvaguarda das receitas e garantia da posse do imóvel da instituição.

De forma cautelar, a instituição pede que sejam antecipados os efeitos previstos na legislação que regula a recuperação judicial, extrajudicial e de falências (Lei Federal 11.101), "para a suspen-

são de todas as ações líquidas e/ou execuções movidas contra si e contra seus devedores solidários".

Também requer que os bancos Banrisul e Santander se abstenham de fazer retenções de quaisquer valores, títulos, depósitos e direitos, sob pena de multa diária, e, ainda, a garantia de posse do imóvel da sede da instituição, "essencial para o desenvolvimento das atividades".

A Escola São Judas Tadeu, fundada em 1946, e a Faculdades São Judas, que iniciou suas atividades com o curso de Direito em 1970, empregam, atualmente, 91 professores e cerca de cem funcionários técnico-administrativos. Já a ins-

tituição de educação superior do grupo oferece graduação em Administração, Ciências Contábeis, Direito e Pedagogia, e pós-graduação em Controladoria e Finanças Corporativas e Gestão de Pessoas.

PASSIVO TRABALHISTA – A instituição não informou o montante de suas dívidas. Segundo a estimativa do Sinpro/RS, o passivo trabalhista somente com o corpo docente oscila em R\$ 20 milhões. De acordo com Amarildo Cenci, diretor do Sinpro/RS, a empresa vem descumprindo, de modo reiterado, os acordos firmados com os professores relativos a irregularidades no depósito do FGTS há mais de dez

anos. O Sindicato reuniu-se com a empresa Mirar Gestão Empresarial, responsável pelo assessoramento administrativo e financeiro da mantenedora, com a finalidade de obter informações sobre o pedido de Recuperação Judicial. Os salários de maio não haviam sido pagos até o início de julho.

"O Sinpro/RS acionou sua assessoria técnica jurídica, que já acompanha os processos de RJ da Aelbra e da Rede Metodista, para acompanhar o processo e assegurar os direitos dos professores em atividade, bem como aqueles que têm acordos para o recebimento de suas verbas rescisórias", explica Cenci.

Educação superior define Convenções Coletivas de Trabalho

por Edimar Blazina

Foram aprovadas pelos professores, nas Assembleias Gerais realizadas no dia 25 de junho, as propostas para as Convenções Coletivas de Trabalho (CCTs) 2022 da educação superior. As votações ocorreram de forma digital, após a apresentação e detalhamento das propostas negociadas pelo Sindicato dos Professores (Sinpro/RS) com os sindicatos patronais.

No encontro, a direção do Sindicato apresentou o relato das reuniões de negociação, que foram consideradas difíceis, dado o momento econômico vivido no país e a realidade da educação superior, que enfrenta queda no número de alunos em função da redução drástica nas políticas públicas de incentivo ao acesso à universidade.

FACULDADES ISOLADAS – Os docentes que atuam nas instituições representadas pelo Sinepe/RS aprovaram, por 81,1% dos votos, a CCT para este nível de ensino. Entre os destaques, estão o reajuste salarial de 8%, sendo 5% a partir de outubro deste ano, e a integralização do percentual a partir de fevereiro de 2023, ambos calculados sobre o salário de agosto de 2022. O restante do saldo do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) (de 2,80%) não contemplado ficou para negociação de 2024. Ainda constam no documento o reajuste do reembolso-creche, a partir de outubro de 2022, e a definição de 15 de outubro como feriado em comemoração ao Dia do Professor, sem atividade letiva, além da manutenção das demais cláusulas da Convenção.

Foto: Edimar Blazina/Sinpro/RS



Assembleias híbridas da educação superior aprovaram proposta para acordo

COMUNITÁRIAS – A CCT das Instituições Comunitárias de Educação Superior (Ices) foi aprovada com 75,5% dos votos dos participantes da Assembleia. Da mesma forma, o reajuste salarial será de 8%, sendo 4% a partir de outubro deste ano, nova parcela em fevereiro de 2023 (integralizando 6%) e o restante em

abril de 2023 (consolidando os 8%). Remissão do saldo do INPC (2,80%) fica para negociação na data-base de 2025. Nas Ices, o reajuste do reembolso-creche será aplicado a partir de outubro de 2022. E no 15 de outubro, será feriado em comemoração ao Dia do Professor, sem atividade letiva. Foi aprovada também a manutenção das demais cláusulas da Convenção.

Os documentos serão formalizados pelo Sinpro/RS e, em breve, estarão disponíveis no site e no aplicativo do Sindicato.

NEGOCIAÇÕES COLETIVAS

Assinada CCT da educação básica

Foi assinada em junho e está vigente a nova Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) dos professores que atuam na educação básica, vinculados às instituições representadas pelo Sinepe/RS. O documento regulamenta o salário e as condições de trabalho dos professores que atuam nos mais de 20,5 mil postos de trabalho da educação básica privada e está disponível no site e no aplicativo do Sin-

dicato dos Professores (Sinpro/RS).

Entre os destaques da CCT 2022/2023, estão o percentual de reajuste de 10,8%, sendo 5% a partir do salário de março, e a integralização dos 10,8% a partir do salário de julho. Caso a escola não tenha adiantado os 5%, deverá pagar este percentual retroativo a março, da seguinte maneira: em folha suplementar durante o mês de junho – 18% como abono e

os 5% de reajuste no salário de junho; ou reajuste de 5% no salário de junho (pago até o 5º dia útil de julho) – 15% retroativo do salário com todos os adicionais a que os professores têm direito.

O pagamento do 13º salário será em duas parcelas, sendo a primeira em 5 de agosto (já com o salário reajustado) e a segunda em 15 de dezembro de 2022.

Ficou acordado, também, que o

Sindicato Patronal irá orientar as escolas para que os professores somente possam ser demandados por e-mail, WhatsApp, celular ou outros meios eletrônicos durante o período de funcionamento da escola.

A íntegra da CCT já está disponível para acesso no site e no aplicativo do Sindicato. A proposta foi aprovada pela Assembleia dos Professores no dia 21 de maio de 2022.

ACORDO COLETIVO

Professores da educação infantil terão reajuste de 10%

Os professores da Educação Infantil Exclusiva aprovaram no dia 23 de junho, em Assembleia Geral, a proposta para renovação da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), negociada pelo Sindicato dos Professores (Sinpro/RS) com o Sindicato Patronal (Sindicreches).

Em votação *on-line*, os docentes aprovaram a proposta para a CCT de 2022. O documento in-

clui itens como o reajuste salarial de 10%, que será pago de forma parcelada, sendo 5% em julho e o restante em outubro, para as escolas que pagam o piso salarial. Os sindicatos firmaram o compromisso de na próxima data-base negociar a reposição dos 2,47% faltantes para integralizar o INPC do período.

Pagamento de 50% do 13º salá-

rio até 30 de novembro e o restante em 20 de dezembro. Feriado em comemoração ao Dia do Professor em 15 de outubro, com indisponibilidade total do docente e a manutenção das demais cláusulas da CCT.

“A negociação coletiva da educação infantil tem sido mais difícil a cada ano. Mas é fundamental que se tenha uma Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) formali-

zada e que garanta os direitos aos professores da educação infantil”, diz Margot Andras, diretora do Sinpro/RS. Ela ressalta que o Sindicato vem atuando para a valorização deste nível de ensino, um dos que mais enfrenta pressões patronais em toda categoria.

O documento será formalizado nos próximos dias e disponibilizado no site e aplicativo do Sindicato.



A desigualdade e a Régua de Lesbos*

“Mais de 33 milhões de brasileiros vivem com fome, atualmente. Em apenas dois anos, o quadro da pobreza extrema no Brasil praticamente dobrou de tamanho. Enquanto isso, nunca se vendeu tantos Porsches em nosso país”



Safo e as suas alunas na Ilha de Lesbos

Para a grande maioria das pessoas, a vida é uma dura prova; para algumas poucas, é uma espécie de passeio. Mais de 33 milhões de brasileiros vivem com fome, atualmente. Em apenas dois anos, o quadro da pobreza extrema no Brasil praticamente dobrou de tamanho. Enquanto isso, nunca se vendeu tantos Porsches em nosso país. Como bem sintetizou Thais Carranço, da BBC News Brasil, de um lado, há filas para receber ossos em açougues; de outro, filas para a compra de helicópteros. Para que se tenha uma ideia, um dos modelos mais simples de helicópteros no mercado brasileiro está em torno de R\$ 27 milhões, mas há quem esteja na espera de modelos com preço acima de R\$ 90 milhões. Esses consumidores especiais gozam também de regras especiais. No Brasil, os donos de helicópteros, jatos particulares, iates e lanchas não pagam IPVA. Se você tiver um carro popular, paga o imposto, claro. Sensível ao problema (atenção, trata-se de ironia), Bolsonaro também isentou de impostos a importação de jet-skis, veleiros, dirigíveis, planadores e balões. O quadro brasileiro de desigualdade pode ser resumido se tivermos em mente que apenas 238 pessoas, bilionárias, são donas de uma fortuna que é equivalente à quarta parte do PIB, enquanto 77 milhões de brasileiros recebem cerca de meio salário mínimo por mês.

Um dos mecanismos mais eficientes para concentrar a renda no Brasil é sua política fiscal, além da característica de “capitalismo parasitário” que incentiva os investimentos especulativos, vale dizer: que desestimula a produção. De acordo com o Banco Central, as despesas com juros em 2021 foram de R\$ 448,3 bilhões, o que significou um aumento de R\$ 136 bilhões em relação a 2020. Para efeitos comparativos, basta lembrar que todo o gasto com o Auxílio Brasil será, em 2022, de R\$ 89,1 bilhões.

Podemos nos imaginar de esquerda, de direita ou de centro; socialistas, sociais-democratas ou liberais, mas o que importa, verdadeiramente, é saber o que pensamos sobre alguns temas centrais, entre eles a desigualdade social. Em qualquer sociedade decente do mundo, todas as posições políticas mencionadas diriam que uma desigualdade desse tamanho é imoral e inaceitável. Sim, há uma forte tradição liberal que contesta as iniquidades sociais e que produziu teorias sólidas em uma corrente que se poderia nomear de “liberalismo igualitário” como as de John Rawls, Ronald Dworkin, Norman Daniels, Thomas Nagel e Thomas Pogge, entre outros, os quais destacam, de diferentes maneiras, a necessidade de uma estrutura básica de sociedade que assegure um mesmo “ponto de partida” para todos, de forma que as diferenças em uma economia de mercado se situem a partir de um patamar de dignidade comum. A ideia de justiça presente aqui assinala uma conquista

essencial da humanidade e poderia ser resumida da seguinte forma: não se deve aceitar como legítimas as consequências distributivas a que as pessoas não deram causa. Assim, por exemplo, não é “do jogo” que uma pessoa doente e incapaz de trabalhar não seja amparada socialmente, vale dizer: pelos resultados do trabalho dos demais, do mesmo modo que não é justo que um talento definido aleatoriamente pela composição genética e que permite uma performance de excelência em determinada atividade não produza frutos que possam ser compartilhados também pelos demais, e assim sucessivamente.

Muitos são os economistas liberais, como Deaton Angus, por exemplo, Prêmio Nobel de Economia em 2015, que destacam a necessidade de o Estado “corrigir” o mercado para reduzir a desigualdade; ponto no que é acompanhado por lideranças empresariais que percebem que o atual nível de desigualdade é insuportável e disfuncional ao próprio sistema capitalista. Dessa maneira, por exemplo, Michael Corbat, presidente do Citigroup, afirmou: “Nos EUA, a diferença salarial é exacerbada pela escassez de moradias populares que afetam desproporcionalmente pessoas de baixa renda e comunidades minoritárias. Isso é ruim para os negócios e péssimo para a sociedade”. No Brasil, entretanto, há quem considere a obscena desigualdade que temos como “natural”. Essa turma de bárbaros entende que qualquer tentativa de reduzi-la com políticas públicas que desconcentrem renda é uma ameaça à “liberdade” e, claro, “é coisa de comunista”. São, aliás, os mesmos que repetem há décadas que o Estado brasileiro gasta muito, mas que nunca consideram demasiados os gastos desse mesmo Estado com o pagamento de juros.

No Estado Democrático de Direito, a política fiscal deve se orientar pelo princípio da progressividade, o que poderia materializar o objetivo constitucional (art. 3º, III) de “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”. Assume-se com a progressividade uma regra de justiça baseada na equidade (*epiqueia*), algo que não foi inventado pelos comunistas, mas por Aristóteles, quando nos falou da régua de Lesbos, a régua flexível que permitia acompanhar a superfície dos objetos. Lesbos, assinale-se, é a ilha grega onde nasceu a poeta Safo, autora de versos endereçados às mulheres, o que originou a expressão “lésbica” para designar a orientação homossexual feminina, outro fenômeno que tem a idade da humanidade e que também não foi invenção dos comunistas, que, aliás, nunca entenderam propriamente o tema e compartilharam, historicamente, muitos preconceitos homofóbicos.

**Dedico este texto à memória de meu amigo Mauro Zacher, que o teria lido com satisfação e concordância.*

Bebeto Alves, a milonga e a encruzilhada

por Juarez Fonseca

Em um dia de 1972, chega à minha mesa de trabalho na editoria de *Variedades de Zero Hora* um moreno cabeludo com um caderno cheio de desenhos meio psicodélicos. Viera me mostrar para eu saber de sua existência e, eventualmente, pedir a ele alguma ilustração – eu vinha abrindo espaço para cartunistas e ilustradores nos cadernos que editava. Assim conheci Bebeto Alves, 18 anos, chegado de Uruguaiana dois anos antes e já enturmado com jovens de Porto Alegre que, como ele, gostavam de desenhar, escrever, tocar violão e ouvir rock.

Bebeto integrara em Uruguaiana uma banda chamada Os Zumbis. Na Capital, o lado determinante da música explodiria em 1974 com a revelação do trio Utopia nas históricas Rodas de Som, promovidas por Carlinhos Hartlieb no Teatro de Arena. Um violão, uma viola, um violino, Bebeto e os irmãos Ronaldo e Ricardo Frota, o Utopia fez muitos shows lotados, virou cult muito antes de se usar essa palavra, mas teve existência breve e ficou como uma lenda, com raríssimas gravações ao vivo de sua psicodelia gaúcha ainda hoje garimpadas.

Logo, os shows individuais evidenciam a inescapável gênese fronteiriça de Bebeto, com as primeiras milongas ouvidas em uma voz que nada tinha da tradição regionalista, mesmo sendo fortemente gaúcha. Foi esse lado que me levou a convidar Bebeto a estar no LP *Paralelo 30*, que produzi em 1978 para a nova gravadora Isaac, com incentivo de Geraldo Flach. Ele mais Carlinhos Hartlieb, Nelson Coelho de Castro, Raul Ellwanger, Nando d'Ávila e Claudio Vera Cruz. Misturando português e espanhol, a milonga *¿Que se Pasa?*, de Bebeto, abre o lado A do disco.



Foto: Maurício Montano

É um tempo de efervescência e novidades no cenário musical do Rio Grande. Com o sucesso de Kleiton & Kledir, os produtores das grandes gravadoras dizem "Opa!, vamos ver o que está acontecendo lá". Lançado em 1981 pela CBS (depois Sony), o primeiro álbum de Bebeto começa com uma... milonga, *Santana do Uruguay*, também referência ao seu berço vital. Tem canções até hoje pedidas nos shows, como *De Um Bando e Fogueirais*, incluídas mais tarde em coletâneas. Na capa do LP, seu rosto divide o espaço com uma manada de cavalos no horizonte do Pampa.

Mas antes de voltarmos a Uruguiana, cabe dar um salto no tempo e lembrar que, em 2020, ele anunciou que estava lançando seu derradeiro disco, *Ohblackbaga! - Pela Última Vez*. Uma safra de milongas pungentes, com alto teor de melancolia. O arranjo porrada da faixa-título cerca a voz de Bebeto cantando coisas como "sou de lugar nenhum" e "vou me despedindo". Declarou então que já não tinha sentido fazer discos num tempo em que ninguém os compra, e que sua música não se adaptava aos formatos digitais. Concluí assim meu comentário sobre o disco: "Espero que ele não cumpra a promessa".

E não cumpriu! Abriu 2022 com

o álbum *Contraluz*, feito todo sozinho no estúdio pessoal, a produção musical da pandemia trazendo à tona o lado pop de sua genética, com letras mais, digamos, filosóficas que em outros momentos. Mais: no momento, trabalha em um álbum com seu conterrâneo Mauro Moraes, para sair no final do ano. Já gravou três CDs interpretando a obra de Mauro; agora estão compondo juntos, letra e música, canções que misturam as duas histórias, de como suas vidas foram marcadas pela vivência na Fronteira. "Sem cartas marcadas", sublinha.

Reforçando, o Bebeto Alves dos anos 2000 é um artista ainda mais reflexivo do que sempre foi. Talvez tenha colaborado para isso sua luta contra a hepatite, doença descoberta em 1998, quando se apresentou em um festival na França, que o levaria a um transplante de fígado em abril de 2013. E, em seguida, à militância em favor da doação de órgãos, juntamente com dois músicos parceiros de transplantes, Jimi Joe e King Jim, com quem formou o grupo Los 3 Plantados – fizeram (ainda fazem) shows beneficentes e, em 2018, lançaram o disco *Alimente a Vida*.

Sempre foi um homem e um artista inquieto, de combate. Forçando barras, fazendo sucesso, não



Foto: Fernando Witt

Bebeto à época do álbum *Pegadas*, de 1987

fazendo sucesso, se desentendendo com gravadoras, abrindo seus próprios selos, produzindo discos de outros, atuando em teatro e cinema, insistindo, brigando pelo reconhecimento, criticando a imprensa, sendo elogiado, casando,

descasando, casando de novo, indo embora de Porto Alegre para o Rio de Janeiro, voltando, assumindo lideranças de classe, topando desafios, mas, entre tantos outros gerúndios, principalmente cantando e gravando sem parar.



Foto: Acervo Bebeto Alves/Reprodução

Bebeto, à direita, como integrante da banda Os Zumbis, ainda em Uruguiana



Foto: Gabriele Lemanski

A milonga atravessa vertical e horizontalmente a obra do artista

Família

Cabe aqui um intervalo para falar dos núcleos familiares de Bebeto depois de Uruguiana, todos o motivando o tempo todo. Com sua primeira mulher, a astróloga Cláudia Lisboa, que vive no Rio, tem as filhas Luna, 45 anos, veterinária, que mora na Coreia do Sul, e Mel, 40, atriz, que vive em São Paulo. Elas lhe deram três netas e

um neto. Com a segunda, a publicitária e produtora de eventos Cristina Bins Ely, que vive em Porto Alegre, tem a filha Kim, 33, psicóloga, que mora no Rio. Com a publicitária e fotógrafa Simone Schlindwein desde 2013, divide uma casa em São Leopoldo com João Pedro, 15, e Desirée, 17, filhos dela.

Uruguaiana é cosmopolita

Em 2003, Bebeto voltou a Uruguaiana, convidado para ser o secretário municipal de Cultura e Turismo. De certa forma, já tinha experiência anterior nesse tipo de liderança, pois, de 1988 a 1990, fora presidente da Cooperativa dos Músicos de Porto Alegre, e de 2000 a 2002, diretor do Instituto Estadual de Música. Só que desta vez era diferente. "É como estar recuperando meu próprio tempo", me disse, na época, em matéria para a revista *Aplauso*. "Encontro na rua companheiros que foram meninos comigo, continua lá a casa onde morei, meu pai no cemitério..."

"Mas não é uma sensação saudosa a que tenho, porque estou projetando momentos novos pra minha vida", continuou. "É tudo sempre uma surpresa, jamais esperaria viver algo assim. Vejo como uma oportunidade rara, uma dádiva. Nós, uruguaianenses, somos assim mesmo, gostamos do embate o tempo todo. Me

identifico com as pessoas, são todas muito sanguíneas." Coisas da fronteira. Se o pampa é plácido e bucólico, quase monótono, seus habitantes se acostumaram aos entreveros, a estar alertas. Sem esquecer as rádios e a música do lado de lá do rio.

Uruguaiana é cosmopolita, altamente miscigenada. Primeira vila fundada pelos Farrapos, em 1843, depois uma das primeiras cidades planejadas do Brasil pela localização estratégica. Mesmo situada no meio de uma vasta extensão rural, tem forte sentimento urbano. Sem falar na sensação de que o mundo é logo ali, pois a cidade é equidistante de Porto Alegre, Buenos Aires, Montevideu e Assunção. E aí está o caldo de cultura de Bebeto, bebido em rádios brasileiras e castelhanas, com duas atenções básicas: milonga e rock, rock e milonga.

Com essa base, pode-se dizer genética, aliada ao que apren-



Foto: Acervo Bebeto Alves

As performances evidenciam uma inescapável gênese fronteiriça em uma voz que nada tem da tradição regionalista

deu lendo, ouvindo, cantando e andando pelo mundo (*Pegadas*, talvez sua música mais conhecida, foi composta em Nova York, por exemplo), ele forjou uma das obras mais pessoais e vigorosas não apenas da história da música do Rio Grande do Sul, mas

também da música brasileira. E a milonga, esse ritmo/gênero tão umbilicalmente ligado a esta área geográfico-cultural do planeta, tem em Bebeto Alves um dos maiores cultores/renovadores. No fundo, isto é o que ele é: um milongueiro, com todas as implicações.

A milonga como encruzilhada

A milonga atravessa vertical e horizontalmente sua obra – às vezes travestida, mas vai-se ver e lá está. Quem assistiu ao filme *A Encruzilhada* (de Walter Hill, 1986), sobre o blues entenderá esse "determinismo" a que me refiro. Ele criou até um alterego, "Blackbagualnegovêio", para esse milongueiro. História: "Quando gravei os discos do Mauro Moraes, ele dizia brincando que eu cantava 'como um nego véio'. É uma expressão do meio rural, designa o homem que detém sabedoria em alguma coisa. Resolvi brincar também com isso e fiz uma música com esse título".

Segue: "A música, na verdade, é uma chacota ao 'nego véio', o cara que se acha o máximo. Depois de assistir ao show, a atriz Lígia Rigo me mandou um e-mail dizendo que gostara muito 'daquele lance *black bagual*'. E adorei a imagem, porque tem tudo a ver comigo. Sempre fui um 'black bagual'. Bagual é um cavalo indomável, intratável, e black, de certa forma, se refere aos pops todos do mundo. Juntei as duas expressões, que para mim têm o mesmo sentido". O CD *Blackbagualnegovêio* saiu em 2004. Quatro anos antes, ele cunhara a expressão "Milonga Nova" para definir a sua.

Considerando os adolescentes Zumbis, de Uruguaiana, são mais de 50 anos de carreira. A discografia soma 34 títulos. Os chamados "álbuns de carreira", com músicas inéditas e gravados em estúdio, são 16. Quatro CDs reúnem gravações antigas nunca lançadas. Três são coletâneas. Outros três são dele cantando Mauro Moraes. Dois são gravações ao vivo. Dois são da parceria Juntos (com Antônio Villeroy, Gelson Oliveira e Nelson Coelho de Castro). Mais dois com outros artistas. Um do grupo 3 Plantados e um projeto especial (*Gaúcho Dance Music*).

Você pode ouvir um por um em

www.bebetoalves.com.br. Deles, participaram dezenas de grandes músicos de todo o País. Na impossibilidade de citar todos, elejo para representá-los o guitarrista e *band leader* Marcelo Corsetti, junto com Bebeto em todos os momentos dos anos 2000. Outro grande parceiro é o engenheiro de som Marcos Abreu, que tem feito a recuperação de matrizes. Quem gravou Bebeto? Belchior, Ana Carolina, Kleiton & Kledir, Ednardo, Tânia Alves...

E, Virgem Santa!, não consegui falar do Bebeto fotógrafo, com mais de 40 exposições de 2009 para cá. Este pode ser conhecido em www.balvesphoto.46graus.com.



Uma das lições da pandemia é que a solidariedade não pode parar

Faça sua contribuição e ajude professores desempregados, comunidades indígenas, instituições carentes e pessoas em situação de rua.

Colabore com qualquer valor por depósito na conta bancária ou via PIX
Barrisul: 041 | Agência: 0100 | Conta: 06.253.0242-2
CNPJ Sinpro/RS: 92.948.389/0001-10 | CHAVE PIX – 51 99733-7506





FRAGA

Assédios

Fora a agressão do insistente e persistente assédio machista, existem assédios por todo canto, a todo momento, uns mais evidentes, outros menos salientes

É tanta denúncia de assédio que até parece algo recente no mundo. Não é: assédio existe desde que a matéria assediou o espaço inerte. Um assédio sideral, grandioso e estrondoso, big banguado. Daí o Sol assediar a Terra foi um pulo.

Depois desse evento, que emprenhou o Nada e deu origem ao Universo, a libidinação cósmica repercutiu lá nos tempos bíblicos. Quem já leu a Bíblia conhece os relatos: em quase todas as páginas do livrão tem assédio. O mais célebre é aquele no Paraíso, com aquela serpente assediando com uma maçã um casal inocente. Mesmo vítimas de um assediador insidioso, foram sumariamente despejados do bem bom. Não fossem Adão e Eva, o assédio nem teria chegado aos nossos dias.

Fora a agressão do insistente e persistente assédio machista, existem assédios por todo canto, a todo momento, uns mais evidentes, outros menos salientes.

Na natureza, a cadeia do assédio nunca cessou: a abelha assedia a flor, o urso assedia a colmeia, a rainha assedia os zangões, que morrem sem assediar outras abelhinhas. Ali perto, o tamanduá assedia o formigueiro, as formigas assediam o açucareiro, o canavial assedia a paisagem, mas menos que a soja, que assedia a culinária.

E assim, de roldão, o costume passou da natureza para a natureza humana: homens assediando mulheres e crianças, patrões e chefes assediando funcionárias, mestres assediando discípulos, padres assediando fiéis e coroinhas, agiotas assediando credores, polícia assediando pretos pobres nas periferias, ídolos assediando fãs e vice-versa. Até o onanista é assediado – por si próprio!

Donde o assédio em larga escala: o sistema assedia a sociedade, o capitalismo assedia o descapitalizado, nações superdesenvolvidas assediam paísecos e republiquetas, ditadores assediam democracias.

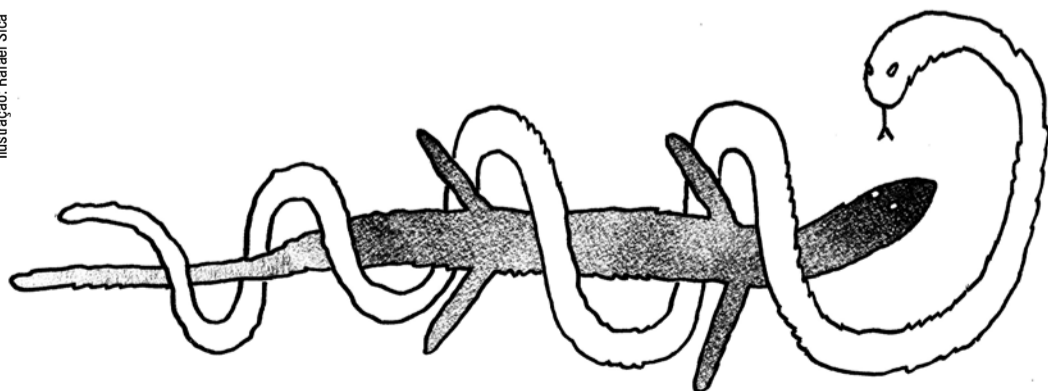
Em saltos tecnológicos e assaltos estupidológicos, as hidrelétricas assediam os rios, o agrotóxico assedia o solo, motosserras assediam matas e florestas, e chaminés e escapamentos assediam o ar. Sem falar na bomba de gasolina que assedia a economia, que já é assediada pelo Guedes.

E segue a sequência do assédio no dia a dia: vitrines assediam os olhos, juros assediam consumidores, a inflação assedia o orçamento, o díizimo assedia o crente, o cartola assedia o jogador, enquanto a FIFA assedia os times. E o assédio soa solto na comunicação: adjetivos e imperativos o tempo todo assediando tímpanos.

Por fim, vírus e bactérias assediam o organismo, que levam hospitais e planos de saúde a assediar doentes, até o assédio final das funerárias.

Mas pior mesmo são os humoristas, que assediam a atenção dos leitores com textos repetidamente assediadores.

Ilustração: Rafael Sica



PROGRAMAÇÃO
ECARTA

A agenda completa
em ecarta.org.br
e 51. 4009.2971

SHOWS híbridos

Porto Alegre | 18h | Entrada franca

Local: presencial – sede da Fundação Ecarta (Avenida João Pessoa, 943, Porto Alegre). É obrigatória a apresentação do passaporte vacinal; **virtual** – transmissão ao vivo pelo canal da Fundação Ecarta no Youtube.

2/7 – Andrea Perrone no show autoral *High*.

23/7 – Zé do Pandeiro no show *Som & Amigos*.

Foto: @Jurandrea



ARTES VISUAIS

Porto Alegre | Entrada franca

Até 10/7 – Visitação à mostra de Maria Tomaselli.

Até 17/7 – Mostra de Leonardo Lopes no Projeto Potência.

Foto: Leonardo Lopes



20/7 – Inauguração da mostra de Valéria Barcellos no Projeto Potência.

20/7 – Inauguração da mostra coletiva *Fotografias da Cidade* na Galeria Ecarta, com a curadoria de Andréa Bracher e Walter Karwatzki.

CULTURA DOADORA

6/7, 18h30, no CEI – Palestra *Doação de órgãos para transplante* para professores dos anos finais do ensino fundamental de Campo Bom.

8/7, 14h, no Sindicato dos Servidores Públicos – Palestra *Doação de órgãos para transplante* para agentes de saúde de Venâncio Aires.

12/7, 18h, no CEI – Palestra *Doação de órgãos para transplante* para professores dos anos iniciais de Campo Bom.

21/7, 19h – Painel virtual *Hepatite C e o transplante de fígado* no canal da Fundação Ecarta no Youtube.

27/7, 14h, na Câmara de Vereadores – Palestra *Doação de órgãos para transplante* para os médicos de Campo Bom.



VERISSIMO

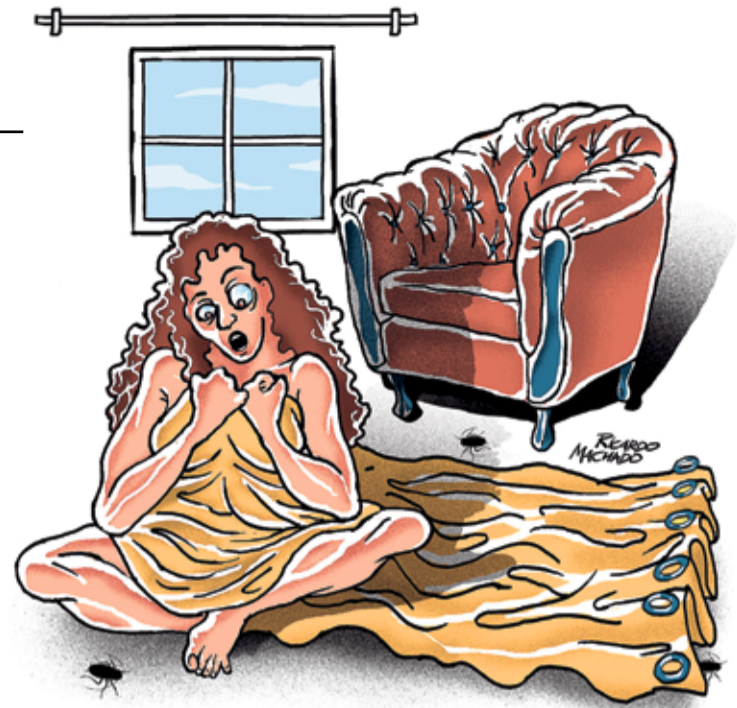
A metamorfose

Pensar, para a ex-barata, era uma novidade. Antigamente ela seguia seu instinto. Agora precisava raciocinar

Uma barata acordou um dia e viu que tinha se transformado num ser humano. Começou a mexer suas patas e viu que só tinha quatro, que eram grandes e pesadas e de articulação difícil. Não tinha mais antenas. Quis emitir um som de surpresa e sem querer deu um grunhido. As outras baratas fugiram aterrorizadas para trás do móvel. Ela quis segui-las, mas não coube atrás do móvel. O seu segundo pensamento foi: "Que horror... Preciso acabar com essas baratas..."

Pensar, para a ex-barata, era uma novidade. Antigamente ela seguia seu instinto. Agora precisava raciocinar. Fez uma espécie de manto com a cortina da sala para cobrir sua nudez. Saiu pela casa e encontrou um armário num quarto, e nele, roupa de baixo e um vestido. Olhou-se no espelho e achou-se bonita. Para uma ex-barata. Maquiou-se. Todas as baratas são iguais, mas as mulheres precisam realçar sua personalidade. Adotou um nome: Vandirene. Mais tarde descobriu que só um nome não bastava. A que classe pertencia?... Tinha educação?... Referências?... Conseguiu a muito custo um emprego como faxineira. Sua experiência de barata lhe dava acesso a sujeiras mal suspeitadas. Era uma boa faxineira.

Difícil era ser gente... Precisava comprar comida e o dinheiro não chegava. As baratas se acasalam num roçar de antenas, mas os seres humanos não. Conhecem-se, namoram, brigam, fazem as pazes, resolvem se casar, hesitam. Será que o dinheiro vai dar? Conseguir casa,



móveis, eletrodomésticos, roupa de cama, mesa e banho. Vandirene casou-se, teve filhos. Lutou muito, coitada. Filas no Instituto Nacional de Previdência Social. Pouco leite. O marido desempregado... Finalmente acertou na loteria. Quase quatro milhões! Entre as baratas ter ou não ter quatro milhões não faz diferença. Mas Vandirene mudou. Empregou o dinheiro. Mudou de bairro. Comprou casa. Passou a vestir bem, a comer bem, a cuidar onde põe o pronome. Subiu de classe. Contratou babás e entrou na Pontifícia Universidade Católica.

Vandirene acordou um dia e viu que tinha se transformado em barata. Seu penúltimo pensamento humano foi: "Meu Deus!... A casa foi detizada há dois dias!...". Seu último pensamento humano foi para seu dinheiro rendendo na financeira e que o safado do marido, seu herdeiro legal, o usaria. Depois desceu pelo pé da cama e correu para trás de um móvel. Não pensava mais em nada. Era puro instinto. Morreu cinco minutos depois, mas foram os cinco minutos mais felizes de sua vida.

Kafka não significa nada para as baratas...

*Republicação.

RATO FALHO / RAFAEL CORRÊA



RANGO / EDGAR VASQUES



Sua Convenção Coletiva de Trabalho VALE MUITO



Além de garantir melhores condições de trabalho, são muitas as cláusulas com impacto econômico direto no seu salário. Esse resultado é fruto da atuação do Sinpro/RS nas negociações com os representantes patronais. A sua participação na sustentação financeira do Sindicato é a única forma de manter a estrutura necessária para seguirmos esse trabalho com a qualidade **padrão Sinpro/RS**.

Faça as contas e contribua.